

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

**ABIGAYL GABRIELA PRADO FURTADO**

**O BRASIL NAS PÁGINAS D'OS *BRUZUNDANGAS*:  
LIMA BARRETO E SUA LITERATURA MILITANTE**

**GUARULHOS  
2018**

**ABIGAYL GABRIELA PRADO FURTADO**

**O BRASIL NAS PÁGINAS D'OS *BRUZUNDANGAS*:  
LIMA BARRETO E SUA LITERATURA MILITANTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em História  
Universidade Federal de São Paulo  
Área de concentração: História  
Orientação: Denilson Botelho

**GUARULHOS  
2018**

Na qualidade de titular dos direitos autorais do trabalho citado, em consonância com a Lei de direitos autorais nº 9610/98, autorizo a publicação livre e gratuita no Repositório Institucional da UNIFESP, sem qualquer ressarcimento dos direitos autorais, para leitura, impressão e/ou download em meio eletrônico desse trabalho para fins de divulgação intelectual da instituição.

Furtado, Abigayl Gabriela Prado.

O Brasil nas páginas *d'Os Bruzundangas*: Lima Barreto e sua literatura militante / Abigayl Gabriela Prado Furtado. Guarulhos, 2018.  
2 f.

Trabalho de conclusão de curso  
(Bacharelado/Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2018.  
Orientação: Denilson Botelho.

1. Lima Barreto. 2. Literatura militante. 3.  
Primeira República. I. Denilson Botelho. II. Título.

**ABIGAYL GABRIELA PRADO FURTADO**  
**O BRASIL NAS PÁGINAS D'OS BRUZUNDANGAS:**  
**LIMA BARRETO E SUA LITERATURA MILITANTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em História  
Universidade Federal de São Paulo  
Área de concentração: História

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Denilson Botelho  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Edilene Teresinha Toledo  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup>. Gabriela de Oliveira Nery Costa  
Universidade Estadual de Campinas / Prefeitura de São Paulo (Rede Pública Municipal de  
Ensino)

À minha querida avó, Isaura (*in memoriam*),  
por todo amor dedicado.

## **AGRADECIMENTOS**

Na reta final deste longo processo que foi a minha graduação, me peguei fazendo um balanço do significado dessa experiência. Vivi momentos muito bons e também muito difíceis enquanto aluna de graduação em uma universidade pública. Advinda do ensino público, que, infelizmente, ainda está longe de ser bom, cheguei na UNIFESP com a certeza de que minha bagagem intelectual era muito aquém em relação ao que acreditava ser o básico para estar em pé de igualdade aos demais deste novo universo. Foram muitos momentos de sentimento de deslocamento que foram reforçados pela impossibilidade de dedicação exclusiva aos estudos. Com o tempo, me aproximei de pessoas com o perfil e o sentimento parecidos com os meus, e foi conversando com esses colegas que cheguei à conclusão de que este espaço era e sempre foi para ser nosso. Fico feliz de ver que o perfil dos estudantes das universidades públicas vem mudando, ainda que falte muito para chegarmos em um ideal.

Estes anos de graduação me proporcionaram um crescimento intelectual e pessoal do qual sou muito grata. Agradeço primeiramente a todos os professores que tive o prazer de assistir as aulas e que fizeram o longo percurso valer a pena. Em especial, agradeço ao professor Denilson Botelho que, ao ministrar o curso História e Literatura e, depois, com o Grupo de Pesquisa História Social da Cultura, abriu em minha mente um leque de possibilidades com dois assuntos que tanto gosto. Quando finalmente escolhi meu tema de trabalho final, foi extremamente dedicado ao me apontar melhoras, e humano, quando tive meus momentos de fragilidade, demonstrando acreditar no meu potencial.

Durante estes anos fiz bons colegas e amigos e seria injusta se citasse um a um, pois poderia esquecer de alguém, mas seria mais injusta ainda se não dedicasse algumas palavras à minha querida e grande amiga Carla Baute. Obrigada pelas conversas sempre tão boas, pelas broncas, risadas e por ter me ajudado em tantos momentos de minha vida. Sinto muito orgulho de você e obrigada pela amizade e confiança que deposita em mim. Tenho absoluta certeza que você irá muito mais longe.

Agradeço aos amigos que fiz no Arquivo do Estado e no Arquivo Histórico, pois além de serem espaços em que aprendi um dos ofícios do historiador, neste último conheci pessoas generosas que entenderam meus momentos de dedicação nestes últimos meses. Com os amigos historiadores do Arquivo Histórico travei conversas interessantes sobre historiografia, que de certa forma apareceram em minhas análises.

E, por fim, agradeço à minha família, em especial à minha mãe, Nilza, sempre presente em todos os momentos e que a cada pequena conquista minha fica tão ou mais feliz que eu. Obrigada por ser este ser humano de uma força incrível, meu porto seguro, e por acreditar em mim mais do que eu mesma.

*“Quando comecei a escrever este,  
uma ‘esperança’ pousou.”  
(Lima Barreto, Diário íntimo)*



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivos realizar uma análise da obra *Os Bruzundangas*, do escritor Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), que consiste num conjunto de crônicas publicadas no jornal *A.B.C.*, no contexto brasileiro da Primeira República. Além da análise dos textos que compõem a obra, foram abordados outros textos do mesmo autor para viabilizar uma investigação sobre seu entendimento acerca da literatura militante. Além disso, este estudo tem também por finalidade refletir sobre o uso da literatura como fonte para o historiador.

Palavras-chave: Lima Barreto; literatura militante; Primeira República.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze *Os Bruzundangas* (1922), a book written by Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), published in the A. B. C newspaper, in the First Republic context. In addition to the analysis of the various texts that composes the referred publication, other Lima Barreto's books were added in order to investigate his understanding regarding militant literature. That being said, this study also intends to discuss the use of literature as a material for historical researches.

**Keywords:** Lima Barreto; Militant Literature; First Republic.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1 Lima Barreto e a Primeira República: começos e esperanças.....</b>	<b>10</b>
1.1 Floreal e Isaías Caminha: desapontamento no mundo das letras.....	10
1.2 Da realidade, o desencanto.....	13
1.3 Os intelectuais na Primeira República.....	14
1.4 Os intelectuais, a imprensa e o povo.....	18
<b>2 A Bruzundanga de Lima Barreto.....</b>	<b>24</b>
2.1 Brasil ou Brazundanga?.....	24
2.2 O que os Bruzundangas tem a dizer sobre o Brasil?.....	42
<b>3 Lima Barreto e o A.B.C.....</b>	<b>45</b>
3.1 O papel da literatura para Lima Barreto.....	50
3.2 A literatura como documento para o Historiador.....	57
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>62</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>64</b>



## Introdução

Um dos maiores prazeres em estudar História é a variação de fontes e percursos que podemos utilizar para entendermos um fenômeno, um acontecimento, um período histórico. A fonte que escolhi para me aproximar de um momento de grande efervescência e embates políticos, a Primeira República, foi uma fonte literária. Sabemos que um mesmo acontecimento tem diferentes pontos de vista, que a História é repleta de nuances e perspectivas distintas, e, foi quando em contato com Lima Barreto com um olhar de historiadora, que percebi como seus escritos compreendiam um rico material sobre os acontecimentos da Primeira República e os anseios de um intelectual extremamente crítico. Lendo suas crônicas, contos e romances, notei que Lima Barreto escrevia sobre assuntos variados, dava seu ponto de vista sobre tantas coisas diferentes, que uma das dificuldades encontradas foi delimitar qual assunto tratar dentro de um universo de possibilidades.

Quando me deparei com *Os Bruzundangas*, obra que se trata de uma coleção de crônicas satíricas sobre um país inventado, a República dos Estados Unidos da Bruzundanga, notei que ela poderia servir praticamente como um compilado das impressões de Lima Barreto sobre o Brasil. A escolha dessa obra também foi motivada pelo momento em que Lima Barreto a publicou no semanário *A.B.C.*, em 1917, pois encontramos o escritor politicamente amadurecido, tendo já se aproximado de diferentes correntes de pensamento, como o positivismo, o anarquismo e por fim o maximalismo<sup>1</sup>, mas nunca preso a qualquer ideologia política.

Devido justamente a abrangência temática de sua literatura, Lima Barreto foi objeto de vários trabalhos nestes últimos anos. Lancei mão de parte deles para nortear este trabalho, a começar pela biografia feita por Francisco de Assis Barbosa, *A vida de Lima Barreto*<sup>2</sup>, que apresenta um trabalho de minuciosa pesquisa, essencial para qualquer estudioso que queira conhecer e se aprofundar em Lima Barreto. Ainda no segmento da biografia, recentemente Lilia Schwarcz publicou *Lima Barreto: triste visionário*<sup>3</sup>, que além de mapear a vida de Lima desde a origem de seus genitores até sua morte, tem um

---

<sup>1</sup> O maximalismo foi uma corrente ideológica alemã do final do século XIX. Para mais detalhes ver a nota número 36 do capítulo I.

<sup>2</sup> Publicado pela primeira vez em 1952, pela editora José Olympio.

<sup>3</sup> Publicado em 2017, pela editora Companhia das Letras.

enfoque na questão racial, condizente com outras obras da autora<sup>4</sup>. *Triste visionário* e *A vida de Lima Barreto*, serviram-me como ferramentas para historicizar mais ainda o autor de meu objeto. É válido aqui ressaltar que no primeiro capítulo deste trabalho em que procuro traçar um perfil de Lima Barreto, faço-o com a intenção de apresentar o autor, ressaltando os aspectos que julguei importantes dentro da perspectiva dessa monografia. Abrindo um grande panorama sobre as possibilidades de uso da literatura pelos historiadores, Nicolau Sevcenko em *Literatura como missão*<sup>5</sup>, ousou em trazer uma proposta de interdisciplinaridade na década de 1980, que, naquele tempo apresentava-se como uma tendência que “era vista mais com suspeita do que com entusiasmo”<sup>6</sup>. Nesta obra, Sevcenko destaca Euclides da Cunha e Lima Barreto como representantes literários da Primeira República, ainda que ambos a tenham recebido de maneiras distintas. Sobre Lima Barreto, Sevcenko encontrou em suas diversas temáticas um “retrato maciço e condensado do presente, carregado do máximo de registros e notações dos vários níveis em que o saber do seu tempo permitia captar e compreender o real”<sup>7</sup>. Esse historiador não se ateu a alguma obra em específico de Lima. Sua preocupação foi encontrar através dos temas, cenários e personagens recorrentes, uma perspectiva geral de Lima Barreto sobre o advento da Primeira República. *Literatura como missão* foi fundamental para minha compreensão sobre as possibilidades e a riqueza que a literatura pode proporcionar ao historiador. Já fazendo um recorte temático mais específico em *A pátria que quisera ter era um mito*<sup>8</sup>, Denilson Botelho mapeou através das crônicas e artigos de Lima Barreto, seu perfil político e sua militância por meio das letras.

Fiz uso do trabalho de outros autores, assim como de teses e artigos que foram de suma importância para que o meu trabalho fosse realizado. Não os elenco neste espaço única e exclusivamente para não me estender neste início. Eles aparecerão oportunamente em citações e na bibliografia consultada.

O contato com *Os Bruzundangas* se deu depois de já conhecer outras obras do autor e já estar ambientada em seu universo. Como se trata de uma coletânea de sátiras publicadas no semanário *A.B.C* e só postumamente publicada em forma de livro (1922),

---

<sup>4</sup> Refiro-me às obras como *Retrato em Preto e Branco* (1987), *O espetáculo das raças* (1993) e *Nem preto e nem branco, muito pelo contrário* (2012), todos publicados pela Companhia das Letras.

<sup>5</sup> Publicado pela primeira vez em 1983 pela editora Brasiliense, fruto de sua tese de doutorado.

<sup>6</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. ver. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 31.

<sup>7</sup> Idem, p. 190

<sup>8</sup> Publicado pela primeira vez em 2002. BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito*. 2ª ed. Curitiba: Prismas, 2017.

o contato possível com essa obra só se deu pela publicação de 1922. Outras edições foram feitas posteriormente e a obra encontra-se em domínio público, o que facilita a leitura e a comparação das edições.

No primeiro capítulo tracei um breve perfil biográfico de Lima Barreto para que assim pudesse entender suas possíveis motivações literárias. Importante salientar que não procurei em sua vida respostas que viessem a determinar sua produção literária. Entendo que certas condições como classe social, instrução acadêmica, dentre tantas outras, influenciam e podem ter relação direta com a produção de um literato, ainda mais em Lima Barreto, que fez do que via no dia-a-dia inspiração para o que escrevia. Mas sem esquecer a subjetividade que está implícita em cada texto e não tomá-lo como uma verdade absoluta. Neste primeiro capítulo também apresento o cenário republicano e como os intelectuais posicionavam-se diante das mudanças – e continuidades – provocadas pelo novo regime.

Dediquei o segundo capítulo a apresentar a obra que motivou a produção deste trabalho, *Os Bruzundangas*, adentrando nos aspectos que acredito serem o cerne das questões levantadas por Lima Barreto no decorrer das sátiras. Procurei neste momento dar voz ao escritor, analisando passagens selecionadas e estabelecendo um diálogo com produções historiográficas.

No terceiro capítulo apresento o *A.B.C.*, semanário para o qual Lima Barreto contribuiu durante os últimos anos de sua vida e em que publicou *Os Bruzundangas*. Em seguida, abordo a função da literatura na concepção de Lima Barreto e como ele militava através dela. Finalizo o terceiro e último capítulo com uma defesa do uso da literatura como fonte para o historiador, pensando em como a historiografia tem a ganhar com a literatura sendo utilizada deste modo, justamente por ela também ser testemunho histórico de um período. Espero que seja uma leitura agradável.

## 1 Lima Barreto e a Primeira República: começos e esperanças

Os escritos de Lima Barreto se apresentam para o historiador como uma fonte para a compreensão da Primeira República. Marcado por diversos aspectos relevantes como a questão racial e as tensões sociais decorrentes da exclusão promovida pelo novo regime, esse período de nossa história foi frustrante no que diz respeito à concretização da liberdade almejada e da participação política.

Seu pai, João Henriques, era um tipógrafo da *Tribuna Liberal* e tinha uma vida relativamente promissora nos primeiros anos de casamento com Amália Augusta, mãe do escritor. Foi também capaz de se relacionar com figuras de destaque no Império, como o Visconde de Ouro Preto<sup>1</sup>, que apadrinhou Lima Barreto. Mas um dos primeiros desdobramentos após a Proclamação do novo regime, em 15 de novembro de 1889, foi o fechamento do jornal, ligado ao Partido Liberal, e que fazia oposição ao Governo Provisório<sup>2</sup>. Logo, João Henriques torna-se um dos primeiros desempregados da Primeira República<sup>3</sup>.

No dia de seu aniversário de sete anos, em 13 de maio de 1888, Afonso Henriques de Lima Barreto, assistiu com seu pai, João Henriques as comemorações pela promulgação da Lei Áurea no Largo do Paço, no Rio de Janeiro. Sem entender completamente naquela época a importância de tal lei, a criança comemoraria, a seu modo, a liberdade conquistada, uma vez que desconhecia as mazelas da escravidão por não ter sido parte de seu cotidiano. A cidade já não possuía, neste período, um número elevado de pessoas escravizadas, especialmente em sua área urbana. Anos depois, Lima Barreto organizaria suas impressões sobre aquele momento em algumas passagens de seus escritos, como em *Feiras e Mafuás*:

Eu tinha então sete anos e o cativo não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos (...). Quando fui para o colégio, um colégio público, à Rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria do ambiente nos havia tomado. A professora, Dona Tereza Pimentel do Amaral, uma senhora muito

---

<sup>1</sup> Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, foi “senador por Minas Gerais, Ministro da Marinha de 1866 a 1869, da Fazenda em 1879-80, e em 1882 tornou-se conselheiro do Estado. Fazia parte do círculo que cercava o Paço e era bastante próximo de Pedro II”. Sabe-se também que Lima Barreto, cujo primeiro nome é Afonso, recebeu este nome em homenagem ao padrinho. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 41-42.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 74

<sup>3</sup> Ibidem, p. 74.



inteligente, a quem deve muito o meu espírito, creio que nos explicou a significação da cousa; mas aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! Livre!<sup>4</sup>

Os primeiros anos de vida de Lima Barreto, nascido em 1881, foram marcados por acontecimentos familiares e políticos que repercutiriam ao longo de sua trajetória. Meses antes dos festejos a respeito da promulgação da Lei Áurea, em dezembro de 1887, Amália Augusta, sua mãe, falecera por complicações decorrentes da tuberculose, mesmo recebendo todo tipo de cuidados que incluíram até algumas mudanças de residência, não foram suficientes para que tal moléstia não a vitimasse precocemente<sup>5</sup>.

Além da fragilidade da saúde de Amália Augusta, os Lima Barreto também tinham a saúde de João Henriques em estado de alerta. Pouco tempo antes do casamento, ainda noivo, João Henriques apresentou um quadro de instabilidade emocional causada pelas preocupações com o novo compromisso<sup>6</sup>. Conseguiria ele sustentar uma nova família, sem submeter sua esposa a condições inferiores às quais a mesma estava habituada vivendo com os Pereira Carvalho?<sup>7</sup> Antes mesmo da consolidação da família Lima Barreto, estigmas raciais já anunciavam o tormento que os acompanharia até o final da vida de seu filho mais ilustre.

A característica melancolia ácida de Lima Barreto, demonstração clara do quanto a realidade que o cercava o afetava, dava sinais latentes desde a mais tenra idade. A ausência da mãe e do carinho materno o entristeceu e o acanhou, a ponto de levá-lo a pensamentos que lhe tirariam a vontade de viver:

Desde menino, eu tenho a mania do suicídio. Aos sete anos, logo depois da morte de minha mãe, quando eu fui acusado injustamente de furto, tive vontade de me matar. Foi desde essa época que eu senti a injustiça da vida, a dor que ela envolve, a incompreensão da minha delicadeza, do meu natural doce e terno; e daí também comecei a respeitar supersticiosamente a honestidade, de modo que as mínimas coisas me parecem grandes crimes e eu fico abalado e sacolejante<sup>8</sup>.

<sup>4</sup> BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. Editora Brasiliense, 1956. Apud. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 61-62.

<sup>5</sup> Amália Augusta morre em dezembro de 1887, no Rio de Janeiro, aos 25 anos. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 31; e BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 127-384.

<sup>6</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 51.

<sup>7</sup> Os Pereira de Carvalho eram uma família de senhores de escravos que tutelou mãe, avó e bisavô de Lima Barreto. O médico Manuel Feliciano Pereira de Carvalho, considerado pioneiro da cirurgia no Brasil, foi provavelmente avô de Lima Barreto, pai de Amália Augusta, mas que a assumia como “afilhada”. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 31-33.

<sup>8</sup> BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 135.

O primeiro pensamento suicida deu-se aos sete e, alguns anos depois, aos onze, o mesmo pensamento de dar cabo à vida volta a atentar a criança:

Deu-me esse acontecimento, conjuntamente com a vida naturalmente seca e árida dos colégios, uma tristeza sem motivo, que é fundo de quadro, mas pelo qual passam bacantes em estertores de grande festa. Outra vez que essa vontade me veio foi aos onze anos ou doze, quando fugi do colégio. Armei um laço numa árvore lá do sítio da ilha, mas não me sobrou coragem para me atirar no vazio com ele ao pescoço. Nesse tempo, eu me acreditava inteligente e era talvez isso que me fazia ter medo de dar fim a mim mesmo<sup>9</sup>.

Mesmo com o abalo da morte de Amália Augusta, a família Barreto continuava unida. João Henriques, que os sustentava com seu emprego como tipógrafo, havia conseguido uma promoção, mas pouco tempo depois, como vimos acima, perdeu seu emprego. Visconde de Ouro Preto conseguiu para o amigo um emprego como escriturário e em seguida almoxarife da Colônia de Alienados, na Ilha do Governador, o que não o deixou totalmente desamparado. E o que era para ser um emprego provisório, até a situação política se estabilizar, tornou-se definitivo.<sup>10</sup> Foi o primeiro contato dos Barreto com a loucura<sup>11</sup>. Mal sabiam que isso os acompanharia para o resto da vida. João Henriques sempre fora um profissional competente e dedicado ao trabalho, na Colônia não foi diferente. Durante o tempo em que lá trabalhou, escreveu artigos sobre o local, com apontamentos sobre o seu funcionamento, chegou até a aproveitar o grande espaço disponível para o cultivo de batatas - mesmo sem nunca ter tido experiência como agricultor - como forma de inserir os alienados em alguma atividade produtiva.<sup>12</sup> Esses anos na Ilha do Governador, e a vida de seu pai como um todo, claramente inspiraram Lima Barreto no que veio a ser posteriormente seu romance mais conhecido: *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Em 1891, Lima Barreto é matriculado no Liceu de Popular Niteroiense. O ensino sempre foi importante para a família Barreto. Era uma forma de minimizar o “estigma da cor”, como Lima registraria posteriormente em seu *Isaías Caminha*. Amália Augusta havia recebido boa educação e João Henriques, dentro de suas possibilidades, também se

<sup>9</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>10</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 77-79

<sup>11</sup> Na verdade, como aponta Lília Schwarcz em *Lima Barreto: triste visionário*, em 1878, João Henriques sofreu um surto talvez causado pela ansiedade das responsabilidades do casamento que estava por acontecer. Ficou em repouso na Casa de Saúde e de Convalescença de São Sebastião sob os custos de seu padrinho, Afonso Celso. Quando digo “os Barreto”, refiro-me a família já constituída. Cf. Ibidem, p. 50-51

<sup>12</sup> Ibidem, p. 91-93.

educou e ambicionava para seus filhos a melhor formação escolar ao seu alcance. Com a morte de Amália – que foi professora, diretora e proprietária de uma pequena escola nos primeiros anos de casamento com João Henriques –, a educação de Lima - filho mais velho do casal - foi custeada pelo seu padrinho, Visconde de Ouro Preto.

Em 1897, matriculou-se na Escola Politécnica para o curso de Engenharia e foi lá que Lima passou a sentir o peso das diferenças raciais e sociais entre ele e os demais alunos. Sua ida à Politécnica correspondia mais à vontade de João Henriques, “que o queria doutor, com anel de grau e pergaminho”<sup>13</sup>. Como bem observa Lilia Schwarcz, “a educação parece sinônimo de emancipação”<sup>14</sup> para os Barreto.

É certo que também foi a partir do momento em que ingressou na Politécnica e foi morar em pensões com outros estudantes, que Lima Barreto passou a vivenciar a cidade e a tomar contato com toda a efervescência característica da capital, seja pelos diferentes tipos de pessoas, seja pelas ideologias em circulação.

Nos anos seguintes, Lima Barreto continuava na Politécnica, mas com um desempenho que não chegava a ser brilhante. A partir de 1902 a vida dos Barreto foi transformada radicalmente. João Henriques foi acometido pela loucura e Lima Barreto mais uma vez foi reprovado em mecânica, o que viria a contribuir com a sua desistência do curso no ano seguinte. Em 1903, após uma licença para tratamento de saúde, João Henriques foi aposentado do trabalho na Colônia de Alienados. Com a distinção que desempenhava na Colônia, João Henriques havia angariado um cargo de maior responsabilidade, chegando à administração. Em uma ocasião, quando do balanço de contas que não fechavam, João Henriques surtou a ponto de nunca mais voltar a ser o mesmo. Os rumos da família precisaram ser redefinidos. Lima, o mais velho, decidiu sair da Escola Politécnica a fim de trabalhar e ajudar no sustento da família, uma vez que a aposentadoria de seu pai não daria conta de sustentar seus dois irmãos mais novos – Angelina e Carlindo, filhos do casamento com Amália Augusta – e de mais cinco pessoas:

---

<sup>13</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017, p. 94.

<sup>14</sup> Na obra *Lima Barreto: triste visionário*, de Lilia Schwarcz, há um capítulo “O casal Barreto: quando educação vira sinônimo de emancipação”. Nele, a autora detalha a formação acadêmica de Amália e João Henriques, pais de Lima Barreto e como enxergavam na educação uma forma de ascenderem socialmente. Era isso que também queriam para seus filhos. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 20-26.

Prisciliana, que se tornou companheira de João Henriques anos após o falecimento de Amália, seus três filhos e mais um agregado, Manuel Cabinda<sup>15</sup>.

Sair da Politécnica não foi uma das decisões mais difíceis, já que viveu um desgaste muito grande no curso devido às reprovações constantes, especificamente em mecânica, com o professor Licínio Cardoso, com quem não possuía boas relações, além das discordâncias filosóficas. Licínio era positivista e Lima Barreto fazia fortes críticas a essa corrente de pensamento<sup>16</sup>, ainda que tivesse se aproximado e até se encantado por esta filosofia nos primeiros anos de Politécnica<sup>17</sup>.

Assim, ainda muito jovem, aos 21 anos, Lima viu-se diante de uma grande responsabilidade. Inscreve-se em um concurso para amanuense da Secretaria de Guerra e meses depois assume o cargo após aprovado. Apesar do curso na Politécnica não corresponder às aspirações artísticas de Lima, sair da faculdade e se tornar um funcionário público não lhe deixaria mais próximo da literatura e lhe conferiria ainda uma vida com muitas restrições financeiras. A promessa de uma vida mais próspera do início da família Barreto foi rapidamente se esfacelando e dando lugar a uma vida de luta pela subsistência e sonhos perdidos.

Em 1903, a família passa então a morar em Todos os Santos, bairro do Rio de Janeiro. A rotina de Lima muda consideravelmente. Se antes sua vida girava nos arredores da Politécnica e do convívio com outros estudantes, agora se desloca para a distante casa suburbana e as longas viagens de trem até a Secretaria de Guerra. Essa nova rotina implicaria em um maior convívio familiar, que desencadearia em Lima Barreto sentimentos que descreve em seu *Diário Íntimo*, no qual expressa frequentemente o descontentamento com a diferença entre ele e seus familiares: “A minha vida de família tem sido uma atroz desgraça. Entre eu e ela há tanta dessemelhança, tanta cisão, que eu

---

<sup>15</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017, p. 127-137.

<sup>16</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 120-121.

<sup>17</sup> Francisco de Assis Barbosa, em sua biografia sobre Lima Barreto, discorre sobre o tema no capítulo “O sarampo positivista”. Segundo Barbosa, Lima Barreto frequentou, em 1897, a igreja positivista por influência de amigos da Politécnica. O encantamento a que me refiro se deu pela admiração à Raimundo Teixeira Mendes, filósofo positivista que considerava ter uma “inteligência enciclopédica”. Pouco tempo depois desse contato, Lima Barreto se afasta da corrente, uma vez que não encontra consistência suficiente para continuar, ainda que reconheça a importância que teve em sua vida, pela aproximação com clássicos da filosofia, por exemplo. Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017, p. 79-90.

não sei como adaptar-me. Será o meu ‘bovarismo?’”<sup>18</sup>. E mais detalhadamente na seguinte passagem:

A uma família que se junta uma outra, de educação, instrução, inteligência inferior, dá-se o que se dá com um corpo quente que se põe em contato com um meio mais frio; o corpo perde uma parte do seu calor em favor do ambiente frio, e o ambiente, ganhando calor, esfria o corpo. Foi o que se deu conosco. Eu, entretanto, penso me ter salvo. Eu tenho muita simpatia pela gente pobre do Brasil, especialmente pelos de cor, mas não me é possível transformar essa simpatia literária, artística, por assim dizer em vida comum com eles, pelo menos com os que vivo, que, sem reconhecerem a minha superioridade, absolutamente não têm por mim nenhum respeito e nenhum amor que lhes fizesse obedecer cegamente. Entretanto, é por meu pai e, por assim ser, levarei a cruz ao Calvário, pois que, se meu pai fez tal coisa, foi por supor que nunca nos atingiria, mas a desgraça não quis e a coisa nos atingiu<sup>19</sup>.

Como podemos perceber, a “nova família” de Lima possuía um distanciamento muito grande em relação a sua família de origem. Prisciliana, da qual pouco se sabe, talvez não possuísse boa instrução como sua mãe, Amália. Além das impressões familiares, um ponto importante que sobressai nessa passagem, é a condição do “ser diferente” com o qual Lima Barreto se identifica. Apesar de sua condição social e financeira não ser muito diferente da “*gente pobre do Brasil*” e ele mesmo ser um sujeito “*de cor*”, isso não é o suficiente para que se reconheça como um igual. Seu grau de instrução e sua erudição levava-o a se colocar em um patamar diferente dos demais. Pelo menos era assim que demonstrava pensar.

O *bovarismo* a que Lima refere-se é um termo que ele utiliza com bastante frequência ao longo de sua vida. Na frase acima se dá no âmbito pessoal, mas o sentido dessa palavra é aplicado para criticar vários aspectos da sociedade em que viveu. *Bovarismo*, grosso modo, seria a ação ou pensamento de querer parecer ser aquilo que não se é de fato<sup>20</sup>. A origem vem exatamente da personagem de Gustave Flaubert, *Madame Bovary*, que vive em uma eterna insatisfação com a vida que possui, almejando e até arranjando problemas para viver o que acredita ser o seu ideal. O filósofo Jules Gaultier, em *Le Bovarysme*, toma emprestado, como fica bem claro pelo título, o nome

<sup>18</sup> BARRETO, Lima. Diário íntimo. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 93.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 76.

<sup>20</sup> Lília Schwarcz e Francisco de Assis Barbosa dedicam em suas obras capítulos em que tratam com muito mais detalhes o termo bovarismo e como é utilizado por Lima Barreto.

da personagem de Flaubert para dissertar sobre sua “teoria psicológica”<sup>21</sup> de distorção de autoimagem e constante insatisfação com a própria vida. Leitor de grandes escritores como Flaubert e também tendo contato com a teoria de Gaultier, Lima Barreto se apropria constantemente do termo adotando-o não somente em suas análises sociais como também para refletir sobre sua própria vida, como resume Assis Barbosa nesta passagem:

O certo é que Lima Barreto leu *Le Bovarysme* com profundo interesse, como se verifica nas notas que deixou no *Diário íntimo*, chegando mesmo a falar do seu “bovarismo” em mais de uma oportunidade. Nessa fase de transição, mal saído da adolescência, não é possível calar a influência que exercia sobre o seu espírito o livro de Jules Gaultier. Influência tão forte quanto *O crime e a loucura*, de Maudsley, cuja leitura o Dr. Bráulio Pinto lhe havia proporcionado, dois ou três anos antes, logo após a doença paterna. Este livro serviria, porém, como advertência (“não beber em excesso coisa alguma [...]”). A teoria de Gaultier, não. Era uma explicação de todo um estado de espírito, a procura da sua própria personalidade, na tentativa de se adaptar ao meio, às convenções sociais, à mediocridade da repartição, à humildade da sua própria condição social.<sup>22</sup>

Nesse sentido, *bovarismo* fala de contradições e não aceitação da realidade. Lima Barreto precisou lidar com esse “sentimento bovarista” ao longo de sua existência.

### 1.1 Floreal e Isaías Caminha: desapontamento no mundo das letras

A ânsia para se inserir definitivamente no campo literário passa a ser mais urgente no jovem Lima Barreto. Até então, sua participação nas letras estava limitada a poucas e breves colaborações em jornais e revistas<sup>23</sup>, sendo a primeira delas no jornal estudantil *A Lanterna*, em 1902. Em 1907 é convidado a participar como redator da revista *Fon-Fon*, mas insatisfeito com o escasso espaço que tinha para seus textos, demite-se em pouco tempo. Meses depois, juntamente com um grupo de amigos, funda a revista *Floreal*, que teve sua primeira edição publicada em outubro de 1907. Lima assume a coordenação da revista e obtém destaque nas edições aparecendo tanto na capa como diretor, como também no conteúdo da revista, em que assina boa parte dos escritos.

O projeto representava, sobretudo, a materialização de uma espécie de plataforma comum, idealizada, mais particularmente, por Lima, que tinha então 26 anos. Dirigir sua própria revista e fazer dela um instrumento de intervenção – e de sua apresentação – na sociedade literária carioca era o

<sup>21</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017, p. 150.

<sup>22</sup> Ibidem, p. 150.

<sup>23</sup> Dentre eles: *Tagarela* (1903), *O Diabo* (1903), *Correio da Manhã* (1905). Pode ser vista a sinopse cronológica em *A vida de Lima Barreto*, de Francisco de Assis Barbosa.

sonho maior do jovem amanuense. Até porque, naquela altura, ele ainda não se destacava entre os literatos da capital, e não havia publicado um romance sequer [...]

O estilo da revista lembra muito o de Lima e seu grupo, que, nas animadas reuniões realizadas nos cafés, ironizava o ‘perfil sensacionalista’ dos demais jornais, os quais, sem meias palavras, eram chamados de ‘imprensa burguesa’, interessada apenas em sucesso comercial e nas altas tiragens. A nova publicação, por sua vez, pretendia denunciar o periodismo em voga, feito de ‘mágica, com encantamentos, alçapões e fogos de bengala’. A ideia era, pois, fazer da *Floreal* um noticioso ‘por oposição’: eles seriam em tudo contrários aos demais, não teriam preocupações mercantis, apresentariam as notícias de modo isento e mais próximo do que diziam ser o ‘interesse popular’<sup>24</sup>.

A *Floreal* contava com edições modestas e foi muito bem recebida pela crítica, Apesar de poucos recursos gráficos, baixa tiragem e venda. José Veríssimo, renomado escritor e jornalista por quem Lima nutria admiração, fez críticas positivas à revista em sua terceira edição, citando M. Ribeiro de Almeida, um dos fundadores, Lima Barreto e os primeiros capítulos de *Isaías Caminha*<sup>25</sup>. Apesar disso, a *Floreal* não teve vida longa. No início de 1908, é lançada sua quarta e última edição, deixando incompleta a publicação dos capítulos restantes de *Recordações do escrivo Isaías Caminha* no formato folhetim.

Sendo o mercado editorial um espaço restrito a nomes já consagrados da literatura, publicar um livro sem nenhum tipo de “apadrinhamento” ou “pistolão”, era uma tarefa difícil para quem procurava fazer o próprio nome. Os jornais eram uma saída para quem não conseguia publicar diretamente no formato livro, mas, ainda assim, não era tão mais fácil. A *Floreal* havia sido o meio que Lima encontrou para publicar seu *Isaías Caminha* sem contar com ajuda de editores - pouco receptivos. Mas, como vimos, os quatro números da revista e a baixa vendagem não foram suficientes para que pudesse publicar a obra completa e ser lido por um número razoável de pessoas. *Recordações* foi concebido para ser uma leitura incômoda, de denúncia contra o preconceito de cor que o personagem principal, assim como Lima, sofria e que limitava sua ascensão profissional, mesmo sendo totalmente capaz para tal. Nas próprias palavras de Lima o sentido de *Isaías Caminha* era:

‘Não é meu propósito também’, está dito ainda no prefácio, publicado na *Floreal* e mais tarde reproduzido na segunda edição do *Isaías Caminha*, ‘fazer uma obra de ódio; de revolta enfim, mas uma defesa de acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes,

<sup>24</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 196.

<sup>25</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 201, p. 166.

está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatia, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno<sup>26</sup>.

É esse o sentimento que intencionava transmitir com *Isaías Caminha*. Para conseguir ser publicado, recorreu a um editor em Lisboa, que havia publicado uma obra de poesias de seu amigo João Pereira Barreto (que também foi membro da *Floreal*), para que seu romance pudesse ser publicado em formato de livro, sem nenhum tipo de apadrinhamento. Após o envio dos originais, ainda amargou meses sem notícias. Por sugestão do editor, A. M. Teixeira, Lima deveria abrir mão de direitos autorais. Sem priorizar o retorno financeiro, aceita as condições do editor e meses depois *Recordações do escrivão Isaías Caminha* chega ao Brasil.<sup>27</sup> A distribuição do livro, em boa parte, fica a cargo do próprio Lima, que o entrega em redações, dá de presente a amigos e pessoas com alguma influência. A vontade era de ser lido, de provocar o debate e estar em evidência.

A proximidade da obra com a realidade não estava somente entre a vida do personagem Isaías com Lima Barreto. Lima queria atingir também a grande imprensa, que classificava como burguesa, e trazer para a literatura do Brasil temas mais realísticos. Influenciado por Honoré de Balzac, Liev Tolstói, Fiódor Dostoiévski, Eça de Queiroz, Gustave Flaubert, dentre outros, Lima se inspirava neles para fugir da linguagem rebuscada e das temáticas que em nada dialogavam com nossas questões sociais. A literatura, para Lima, deveria expressar o que a realidade nem sempre dizia. O “preço” que pagou por expressar essa sua versão da realidade foi, de certa forma, alto.

Em um grande esforço para ser notado, Lima ataca a imprensa em *Isaías Caminha*, através do jornal fictício *O Globo*<sup>28</sup>, sendo sabido que se tratava na realidade do jornal *Correio da Manhã*, uma expressão máxima do “jornal burguês”<sup>29</sup>. Mesmo com esses ataques diretos, *tal obra* não causa o impacto esperado por seu autor. De alguns jornais, como o próprio *Correio da Manhã*, ganha o desprezo. De outros, como o *Diário de Notícias*, críticas nada favoráveis. Chegou a ser acusado de um *roman à clef*<sup>30</sup>, já que a

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 173.

<sup>27</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>28</sup> Há mais relações entre personagens fictícios e reais. Schwarcz detalha *Quem é quem nas Recordações de Isaías Caminha*. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 223-226.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 211.

<sup>30</sup> Em linhas gerais, *roman à clef*, em tradução livre, *romance com chave*, trata-se de literatura em que personagens fictícios são claramente baseados em pessoas reais.



relação entre a obra e a vida do autor era evidente. Aceitar essa crítica, para Lima, não era a tarefa mais fácil, pois, sua obra não era a primeira ou a última a ter esta característica. Pouco tempo depois de *Isaías Caminha*, em 1911, *A esfinge*, do médico Afrânio Peixoto, teve uma recepção muito distinta da obra de Lima, que

logo intuiu, não eram as qualidades literárias dos dois romances coetâneos, mas a origem social dos autores: um deles, negro, morador do subúrbio e funcionário público sem expressão que ousava se lançar como escritor; o outro, um jovem branco, médico e professor da Faculdade de Medicina, que, antes até de publicar um livro, já se tornara membro da ABL. No entendimento de Lima, a responsabilidade pelo fracasso da obra não podia estar nela mesma; havia de estar em outro lugar. De toda maneira, ele repetia para si o que via em seu personagem: o estigma racial é que explicava o bom ou o mau destino de um livro, bem como a atitude de crítica a essa artificiosa República das Letras, tema que jamais sairia da pauta do escritor.<sup>31</sup>

Outros aspectos importantes da obra, tal como a exclusão social sofrida pelos negros no contexto da Primeira República, foram ignorados em detrimento dos ataques que fez à imprensa e à proximidade do romance com a realidade. A primeira obra de Lima Barreto expressou bem as pretensões do autor para com sua carreira no mundo da literatura: foi feita para incomodar.

## 1.2 Da realidade, o desencanto

A sensação de deslocamento não o acompanha somente na vida familiar, mas também na vida profissional e social. Considerava-se diferente da maioria das pessoas ao seu redor – de fato, o era –, por possuir boa instrução e acesso à cultura mais refinada, como os clássicos literários, no entanto, convivia com pessoas que não tinham o mesmo nível intelectual que ele.

De fato, ocorre que o escritor mantém com essa população pobre, miserável e suburbana do Rio de Janeiro do início do século, uma relação complexa e ambígua. Ao mesmo tempo em que ele próprio se diz um homem do povo, não abre mão de defender para si uma condição diferente e, por que não, superior a estes indivíduos aos quais se julga irmanado – pelo menos no que diz respeito às condições de vida material e financeira<sup>32</sup>

Passados alguns anos, ainda trabalhando na Secretaria, contribuindo para jornais, publicando com dificuldade seus livros como *Isaías Caminha* e, depois, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto percebe que viver da literatura tornara-se um sonho

<sup>31</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 230.

<sup>32</sup> BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: História, literatura e política em Lima Barreto*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 53.

cada vez mais distante. A desilusão, as dificuldades da carreira como literato e a vida familiar agravada com a doença do pai acabam por contribuir para que encontrasse na bebida alcoólica um subterfúgio para escapar da realidade adversa. Depois de um dia de trabalho, o retorno para casa nunca era imediato, já que a casa o entristecia. Demorava-se nos bares, conversava com todo tipo de gente, bebericava aqui e ali, a começar pela cerveja, até que chegou no estágio da bebida mais forte, a sua cachaça *parati*. Foi diante deste quadro caótico da sua vida pessoal que Lima Barreto chegou a duvidar se teorias raciais tão problemáticas como o darwinismo social – que estavam em voga na Primeira República, inclusive para justificar a política de branqueamento – não teriam razão no que se refere aos homens negros, ao aponta-los como propensos a vícios e a certos tipos de doença, ou seja, como degenerados. A loucura de seu pai e seu vício estavam, em alguns momentos, levando-o a crer que sim<sup>33</sup>.

O vício do álcool que o acometia prejudicava sua saúde drasticamente, não somente a saúde física, mas a psicológica. Os afastamentos da Secretaria para tratamento se tornaram constantes, o desleixo com a aparência também, até que, em 1914, é internado pela primeira vez, devido a problemas decorrentes do excesso de consumo do álcool. Esse episódio se repete anos depois, em 1919. Nesta segunda internação, – compulsória como a primeira – Lima Barreto escreve o *Diário do Hospício* e concebe a ideia da obra inacabada *O cemitério dos vivos*. No *Diário*, Lima relata com tristeza e desgosto a sua internação, o contato com os outros internos e a relação com médicos importantes da história da psiquiatria do Brasil, como Juliano Moreira<sup>34</sup>.

Sua morte ocorreu pouco tempo depois, em 1922. Não viveu a vida que gostaria e que a infância parecia lhe prometer. Infelizmente as letras não foram o suficiente para lhe prover uma vida mais próspera, em uma sociedade cheia de problemas estruturais.

### 1.3 Os intelectuais na Primeira República

---

<sup>33</sup> “O medo maior de Lima devia imaginar que sua história repetia o que os prognósticos deterministas apontavam: não se escapava da origem e dos estigmas hereditários. Era esse o receio dele diante da loucura do pai, e foi provavelmente esse o temor que sentiu ao acordar no hospital, já sóbrio e mais atento à sua situação. A explicação era a de sempre: tudo o entediava. A casa, a repartição com “ambiência militar”, a vida pessoal sem graça, o pai que delirava com “a ironia dos loucos de Shakespeare” e a secretaria onde se sentia “deslocado e em contradição”. Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 271.

<sup>34</sup> Juliano Moreira é conhecido como introdutor da medicina psiquiátrica no Brasil. Negro, de família pobre, cursou a Faculdade de Medicina, dedicando-se a doenças nervosas e mentais. Fez estágios em asilos na Europa. Ao retornar, se tornou diretor do Hospital Nacional de Alienados, onde conheceu Lima Barreto. Foi conhecido também por se contrapor a teorias de degenerescência, defendidas por Nina Rodrigues. Cf. *Ibidem*, p. 283.

Impossível abordar a temática da Primeira República e excluir a participação dos intelectuais neste momento. É importante analisarmos, ainda que brevemente, as diferentes concepções e disputas ideológicas que permeavam o ambiente durante as primeiras décadas após a Proclamação. O intuito dessa análise é ter uma percepção mais aprofundada do ambiente político e social em que Lima Barreto emergiu como literato e jornalista, a fim de compreendermos seus escritos e, em especial, a série intitulada *Os Bruzudangas*.

Conforme mencionado anteriormente, Lima Barreto tomou contato com os positivistas<sup>35</sup> nos primeiros anos de Escola Politécnica, mas esse contato não resultou em afinidade ideológica. Após esse contato, Lima Barreto manifesta inclinação para o maximalismo<sup>36</sup> e flerta também com o anarquismo. Podemos pensar que, tanto a vida pessoal de Lima quanto a República caminhavam, a seu ver, para um sentido cada vez mais distante do ideal, e isso se refletia diretamente no radicalismo mais acentuado de seus escritos e posicionamento político.

Antes de proclamada a República, havia diferentes projetos sobre como a mesma deveria se concretizar. Essas disputas não eram algo novo, já aconteciam, mas o novo regime ampliou esse cenário: “A República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente ideias que antes se continham no recatado mundo imperial”<sup>37</sup> e, como expõe José Murilo de Carvalho: “Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo”<sup>38</sup>. Os positivistas foram os que, num primeiro momento, venceram essa disputa, já que muitos militares eram adeptos dessa corrente.

Em meio a essa disputa ideológica estavam os intelectuais que pretendiam tomar para si a responsabilidade de “guiar” a sociedade rumo ao progresso. Como sintetiza

---

<sup>35</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 120-121; e BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017, p. 79-89.

<sup>36</sup> Em 1918, no jornal *A.B.C.*, Lima publica um manifesto maximalista. O maximalismo, que teve no próprio Lima Barreto um de seus principais defensores no país, foi uma corrente ideológica de origem alemã, nascida em 1891. Em síntese, define-se maximalismo em “uma tendência que prevê a realização completa dos ideais socialistas, isto é, a aplicação de um programa *máximo*, de reformas, em oposição aos defensores do programa mínimo”. Cf. SILVA, Maurício. “Primeira República e o maximalismo no Brasil”. In: *Leitura*, n.12 (142), março de 1994.

<sup>37</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 24.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 24.

Sevcenko, “os intelectuais ‘modernizadores’ empenham-se em atualizar a sociedade tradicional brasileira dos últimos anos do Império, com o modelo progressista dos Estados-Nação europeus de regime liberal democrático”<sup>39</sup>. Não havia, entre os intelectuais, homogeneidade no posicionamento político, mas, em comum, existia a pretensão de se fazerem importantes nesse processo de modernizar a sociedade brasileira através da ampla difusão de ideias.

A maneira que estes intelectuais encontraram para se fazerem presentes e atuantes foi por meio da imprensa. O jornal, que ganha mais espaço neste período devido a modernização das tecnologias de impressão, tornando-o mais acessível, passa a ser o meio principal de atuação destes intelectuais<sup>40</sup>. A literatura e o jornalismo fundem-se neste cenário. O escritor e o jornalista passam a corresponder a mesma figura<sup>41</sup>. Um exemplo está na fundação do jornal *O Meio*<sup>42</sup>, em agosto de 1889, tendo como um de seus principais colaboradores Coelho Netto. A folha para qual Coelho Netto escrevia ia posicionando-se mais claramente, ao longo de suas edições, contra certas concepções de república. Viam no positivismo um movimento “estéril e distante da realidade nacional”<sup>43</sup> e acompanhavam com descontentamento o rumo que o Partido Republicano ia tomando, cada vez menos atuante. Em outras palavras,

*O Meio* colocava-se, desse modo, a serviço de um ideal particular de república, diferenciando-se da ação dos fazendeiros descontentes com a Abolição. Em um momento em que a campanha pelo novo regime se dividia, grosso modo, entre a opção republicana dos proprietários rurais desgostosos com a monarquia, a versão positivista da república de cunho nitidamente militar e os sonhos liberais de camadas letradas que viam na monarquia a legítima representante do atraso, Coelho Netto e seus companheiros de letras esclareciam ser essa última a sua casa, que dava o sentido particular por eles atribuído à campanha.<sup>44</sup>

E ainda,

Outro fator de explicação do fervor republicano desses jovens escritores aparecia na forma com a qual definiam seus objetivos com a campanha

<sup>39</sup> SEVCENKO, Nicolau. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”, In: *Revista de Cultura Vozes*, n. 9, p. 66-69, nov. 1980, p. 66.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 67.

<sup>41</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>42</sup> O jornal foi fundado sob a necessidade de se ter um espaço próprio para a divulgação das ideias republicanas e acabou sendo extinto pouco tempo após a proclamação da república, por fazer críticas ao governo provisório. Mais sobre o jornal *O Meio*, Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda SILVA. “Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMIOTTI (orgs.). *República, liberalismo e cidadania*. São Paulo: Ed. UNIMEP, 2003, p. 53-72.

<sup>43</sup> Ibidem, p. 57.

<sup>44</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda SILVA. “Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In: Idem, p. 58.

pela república: mais do que uma simples mudança de regime, ela representaria um passo no processo de aprimoramento e civilização da Nação<sup>45</sup>

A questão da construção de uma civilização se daria pelos literatos, através de mudanças nos hábitos culturais que julgavam ser atrasados:

os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia<sup>46</sup>.

Por hábitos atrasados entendiam manifestações culturais e costumes populares ligados diretamente às influências negras, tais como os capoeiras, a Festa da Penha e até a bebedeira. Contra esse “atraso” propunham seguir o modelo europeu de civilidade<sup>47</sup>. A França, modelo máximo de influência para estes intelectuais, não serviria como digna de imitação apenas no âmbito cultural, mas vai além disso, pois o ideário francês

cumprir um papel muito preciso no cenário nacional. A aspiração democrática e a identificação com as camadas populares foram a ideologia de base de toda a agitação republicana conduzida pelos intelectuais através dos jornais, que, após a proclamação da República, seria o esteio de suas pregações antioligárquicas<sup>48</sup>.

Como aponta Nicolau Sevcenko, os jornais, assim como ocorreu na França, deveriam ser no Brasil ferramenta de contato dos intelectuais com a população, com a finalidade de conduzi-los. Entretanto, estes intelectuais esbarrariam em uma questão básica que impedia ou reduzia drasticamente o alcance de suas ideias, o analfabetismo.

se tratamos sinteticamente da figura do literato no contexto do início da Primeira República, há dois aspectos que não podemos desconsiderar: a imprensa e o povo. A imprensa por se tratar do local em que se fazia uso do espaço para a divulgação de suas ideias e o povo, que seria o seu público alvo. Qual era o comportamento do povo no momento da virada de regime? Como faziam uso da imprensa (se o faziam)?

---

<sup>45</sup>Ibidem, p. 58.

<sup>46</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 97.

<sup>47</sup> PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda SILVA. “Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMIOTTI (orgs.). Idem, p. 60.

<sup>48</sup> SEVCENKO, Nicolau. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”, In: *Revista de Cultura Vozes*, n. 9, p. 66-69, nov. 1980, p. 66.

#### 1.4 Os intelectuais na imprensa e o povo

Conforme apontado anteriormente, tendo como base autores como Sevcenko<sup>49</sup>, nossos literatos tomaram para si o papel de tutelar o povo para que pudessem conduzir a nação rumo a modernidade. Isso porque não viam na população a capacidade de avaliar a realidade de forma autônoma e interpretá-la.

Porém, a historiografia já indicou em inúmeras obras que a população participou ativamente do agitado período, ainda que não da maneira como alguns intelectuais imaginavam como mais adequada. Carvalho propõe uma compreensão do contexto ao dividir o povo em três tipos: o povo das estatísticas, o povo das eleições e o povo das ruas.<sup>50</sup> Por povo das estatísticas, entende-se a população em um todo, “povo revelado pelos números censitários, o povo civil, a população em todas as dimensões de sua existência”<sup>51</sup>. Para identificar o povo brasileiro, em 1881 Louis Couty lança mão do censo de 1872 e chega à conclusão de que não existe uma nação formada no Brasil. Possuíamos 11 milhões de habitantes, destes, 2,5 milhões eram índios e escravos; 6 milhões eram constituídos de caipiras, agregados, capoeiras e demais pessoas que não poderíamos considerar como produtivas; 2 milhões de comerciantes, funcionários, criados e artesãos; e 500 mil proprietários de escravos<sup>52</sup>, ou seja, um número baixo de pessoas aptas a se tornarem cidadãs, segundo Couty. Anos depois, em 1920, um novo censo<sup>53</sup> traz números bastante alarmantes: de mais de 30,6 milhões de habitantes, apenas 7,4 milhões eram alfabetizadas, sendo 4,4 milhões de homens, e destes, apenas 1 milhão acima de 21 anos e em condições de votar. Nota-se que esses últimos dados, que são de 31 anos após a proclamação, mostram-nos uma população que mais que dobrou de tamanho – devendo-se isso também à política de branqueamento que trouxe muitos imigrantes europeus ao país. Considerando esses números, temos a noção de quão pequena era participação eleitoral do povo, uma vez que analfabetos não poderiam votar – já que a Constituição da Primeira República, de 1891, pôs fim ao voto censitário e instituiu o voto apenas para homens alfabetizados.

---

<sup>49</sup>Em *Literatura como Missão e O fardo do homem culto*, Sevcenko explana sobre o conceito de modernidade segundo os homens das letras.

<sup>50</sup>CARVAHO, José Murilo de. “Os três povos da república”. In *Revista USP*, São Paulo, nº 59, p 96-115, setembro/novembro 2003.

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>52</sup> *Ibidem*, loc. cit.

<sup>53</sup> Censo realizado por Gilberto Amado, deputado. Cf. CARVAHO, José Murilo de. “Os três povos da república”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 59, p. 96-115, setembro/novembro 2003, p. 99.

O “povo das eleições”, que Carvalho nos apresenta, traz dados ainda mais alarmantes. O cenário, então, é de uma população de maioria analfabeta, sem poder de escolha de seus representantes e que tinha uma visão bastante distinta sobre a república, em relação aos intelectuais. Enquanto que os intelectuais viam a república como o meio de transformar os súditos em cidadãos participativos, o povo não enxergou essa mudança. Mesmo nas capitais verificando-se um número pouco mais favorável em porcentagem de alfabetizados, se excluirmos o gênero feminino e os menores de idade, o número de eleitores cai ainda mais; na capital do Rio de Janeiro, por exemplo,

é mais escandaloso. Em 1910, os eleitores representavam apenas 2,7% da população. Votavam apenas 34% dos eleitores. Dos votos dados, apenas 52% foram validados. Ao final, os votos válidos correspondiam a 0,5% da população. Como a capital era o município com a maior taxa de alfabetização (61%), é preciso concluir que não era apenas o grau de instrução que afetava. Nos estados, as oligarquias afastavam os votantes das ruas, pois não lhes interessava promover a disputa eleitoral.<sup>54</sup>

Se o “povo das estatísticas” nos revela uma quantidade ínfima de pessoas aptas para exercerem a cidadania e o “povo das eleições” mostra um número menor ainda, aonde se localiza, então, o terceiro povo, o “povo da rua”? Entende-se por “povo da rua” o “(...) povo que saía do âmbito doméstico para o domínio público sem, no entanto, enquadrar-se das regras dos palácios. Sua ação nem sempre tinha consequência imediata para o sistema político, mas no mínimo denunciava suas fissuras e limitações”<sup>55</sup>.

Um bom exemplo para avaliar a participação dessa camada da população é a quantidade de conflitos que aconteceram nas primeiras décadas do novo regime. De certo, manifestações contra as autoridades não tiveram início na República, visto que durante o Império a agitação popular também era frequente. O que aconteceu foi que “elas mudaram de natureza. Sem os conflitos entre elites que lhe abrissem brechas políticas por onde se esgueirar, elas assumiram um caráter defensivo em relação a iniciativas do Estado”<sup>56</sup>. Um fato que explicita de maneira contundente a ação popular é a Revolta da Vacina, ocorrida no mês de novembro de 1904, comentada por Lima Barreto, em seu *Diário Íntimo*:

Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa coisa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava. O governo diz que os oposicionistas à vacina, com armas na mão, são vagabundos, gatunos, assassinos, entretanto ele se esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantém a opinião dele, é da mesma gente.

---

<sup>54</sup> Ibidem, p. 105-106.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 107.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 107.

Essa mazorca teve grandes vantagens: 1) demonstrar que o Rio de Janeiro pode ter opinião e defende-la com armas na mão; 2) diminuir um pouco o fetichismo da farda; 3) desmoralizar a Escola Militar.

Pela primeira vez, eu vi entre nós não ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortez, se convenceu de que eles também eram mortais.<sup>57</sup>

Outras revoltas e manifestações populares marcaram esse intenso período. Murilo de Carvalho sintetiza as duas décadas seguintes à proclamação relacionando algumas revoltas protagonizadas pelo “povo da rua” das áreas urbanas: “A partir de 1904, até 1922, as multidões agitadas da capital, que tanto incomodavam Campos Sales, apareceram na Revolta da Chibata de 1910 e nas grandes greves de 1917-19, que também atingiram o estado e a cidade de São Paulo”.<sup>58</sup> Nas áreas rurais, o autor relaciona o que considera como os mais importantes eventos do período, os movimentos do Contestado e do Juazeiro, que além da motivação política, tinham o componente religioso, que dá uma tônica peculiar a cada um desses movimentos.

Murilo de Carvalho denominou como bilontras - “o espertalhão, o velhaco, o gozador; é o tribofeiro”<sup>59</sup>, o povo que na impossibilidade de atuar democraticamente desenvolveu “táticas de convivência com a desordem, ou com uma ordem distinta da prevista. A lei era então desmoralizada de todos os lados, em todos os domínios. Esta duplicidade de mundos, mais aguda no Rio, talvez tenha contribuído para a mentalidade de irreverência, de deboche, de malícia. De tribofe”<sup>60</sup>.

Temos, então, um quadro que expõe de um lado uma população de maioria analfabeta e sem acesso à cidadania, porém, participativa ainda que a seu modo E do outro lado os intelectuais, que faziam das letras seu modo de propagação de ideias com a finalidade de “levar a luz” para esta mesma população. Como se dava, então, este diálogo?

“Torna-se pois um fato evidente para os intelectuais engajados na construção de uma sociedade democrática no Brasil que seu ideal só se tornaria realidade uma vez sanada a chaga vergonhosa do analfabetismo”<sup>61</sup>. O analfabetismo, que deveria ser

<sup>57</sup> BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 47.

<sup>58</sup> CARVAHO, José Murilo de. “Os três povos da república”, p. 108

<sup>59</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 158.

<sup>60</sup> Ibidem, p. 159

<sup>61</sup> SEVCENKO, Nicolau. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”, In *Revista de Cultura Vozes*, n. 9, p. 66-69, nov. 1980, p. 731



encarado como um dos sintomas de um grande problema de ordem estrutural, passa a ser, para estes intelectuais, o “grande mal” da sociedade brasileira.

Apresentado este cenário, fica evidente que nossos intelectuais não obtiveram sucesso na função de intermediar ou guiar a população rumo à modernidade. Segundo Sevcenko, “o que caracteriza sobretudo esse grupo de intelectuais é o isolamento, é a quase solidão compulsória a que estão condenados, apesar da ampla faixa de seus leitores urbanos”<sup>62</sup>. E, caindo neste “isolamento”, estes intelectuais “entregam-se a uma desvairada louvação de si próprios e de seu papel na sociedade”<sup>63</sup>. Havia um abismo entre estes homens das letras e a grande massa da população. A literatura e o jornalismo militante acabava, assim, circulando entre um número reduzido de leitores e os próprios pares da intelectualidade. Ainda nas palavras de Sevcenko, “o analfabetismo [...] forneceu o tom geral à atividade intelectualidade no Brasil deste período”, pois “é a partir dele que os escritores assumem suas posições, é em função dele que definem seus propósitos. Singulares veredas por cujas tramas embaraçadas é a incultura que acaba por determinar os rumos da cultura”<sup>64</sup>. Teriam nossos intelectuais superestimado suas figuras e errado o foco do problema?

---

<sup>62</sup> Ibidem, p. 732.

<sup>63</sup> Ibidem, p. loc. cit.

<sup>64</sup> Ibidem, p. 733.

## 2 A Bruzundanga de Lima Barreto

*As páginas que se seguem vão revelá-los e eu me dispense de narrá-los neste curto prefácio. Pobre terra da Bruzundanga! Velha, na sua maior parte, como o planeta, toda a sua missão tem sido criar a vida e a fecundidade para os outros, pois nunca os que nela nasceram, os que nela viveram, os que a amaram e sugaram-lhe o leite, tiveram sossego sobre o seu solo!*

(...)

*Contudo, se a posteridade não encontrar nelas algum ensinamento, e as desprezar, os contemporâneos do meu país podem achar nestas rápidas narrações de coisas de nação tão remota, moldes, receitas e meios para esbodegar de vez o Brasil (Os Bruzundangas, 1922).*

Não é difícil nos depararmos com a afirmação de que o Brasil, na virada do século XIX para o XX, viveu profundas transformações políticas, culturais, sociais e econômicas. De certo modo, fazer tal afirmação não está errado. O que fragiliza esta asserção é compreendê-la como um acontecimento que se deu de maneira igual em todo país. No Rio de Janeiro, então capital do Brasil, estas transformações aconteceram de maneira arrebatadora. Em outras cidades de grande expressão, também. O mesmo não se pode dizer das cidades afastadas dos grandes centros e os sertões, onde o estilo de vida permanecia o mesmo, principalmente para os trabalhadores que se sustentavam com os poucos ganhos advindos das terras de fazendeiros e coronéis. Faz-se necessário, de antemão, que se compreenda essa diferença crucial de realidades entre a capital e as cidades afastadas. Uma forma de se perceber essas diferenças é pela literatura, como fez Nicolau Sevcenko quando analisou dois autores, Euclides da Cunha e Lima Barreto, que, por meio de suas obras, escreveram sobre os diferentes Brasis do contexto republicano<sup>1</sup>.

O autor d'*Os sertões*, que em sua trajetória de vida, teve a possibilidade de conhecer diversas regiões do país, dos lugares mais afastados até ao Rio de Janeiro,

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao trabalho *Literatura como missão*, nele Sevcenko apresenta a trajetória de vida de ambos os autores e analisa as diferenças de suas obras, como no trecho: “Realmente, poucos índices podem proporcionar uma visão tão transparente dos principais campos de tensões históricas que marcaram o período sob estudo, quanto um cotejamento crítico entre as obras de Euclides da Cunha e Lima Barreto. Definindo as perspectivas fundamentais que se colocaram aos agentes e pacientes dos processos de mudança então em curso, esses escritores opõem-se num choque radical, envolvendo a totalidade das suas obras. Desde os tratamentos temáticos, os procedimentos literários, gêneros e técnicas narrativas, suas obras contrapõem em sentido simetricamente inverso, como uma imagem e seu espectro especular, evidenciando um divórcio irremediável entre as visões de mundo dos dois autores. Centrada nas práticas de linguagem, essa oposição antitética que separa ambos se enraíza porém nas suas diferentes formas de inserção no universo tempestuoso da nova ordem republicana. Uma análise mais metódica nos permitirá entrever, pois, sucessivamente, o quanto esses autores devem ao patrimônio cultural de seu tempo; o grau profundo de contraste que os separa; as particularidades de suas formas de compreensão; e o significado do confronto implícito nas suas obras, para a elucidação de linhas cruciais de tensão presentes no interior do mundo social da Primeira República”. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 141-142.

mergulhado em seu processo modernizador, teve sua epifania sobre o Brasil que se revelava após acompanhar o desenrolar dos acontecimentos de Canudos.<sup>2</sup> Já Lima Barreto, que pouco saiu de sua cidade natal, em *Os Bruzundangas* não se deteve em escrever apenas sobre a cidade do Rio de Janeiro, mas sim, escrever sobre sua percepção de Brasil republicano, com o olhar de quem estava na capital acompanhando intensamente todos os processos de mudanças – e permanências – decorrente pelo novo regime.

Lima Barreto vivenciou, por exemplo, a *belle époque*<sup>3</sup> que o Rio de Janeiro forçosamente adentrou com a mudança de regime, proporcionando experiências com diferenças significativas entre a população de acordo com a camada social pertencente. Se por um lado foi um período de modernização da cidade provocada pela Reforma Pereira Passos, por outro ocorreu o expurgo da população pobre do centro para as bordas e morros da cidade, isso citando apenas um de tantos outros aspectos.<sup>4</sup> As impressões de Lima Barreto enquanto testemunha ou como próprio agente que vivenciou as experiências que dão o tom aos seus escritos é o que interessa a este trabalho.

*Os Bruzundangas* constituem um conjunto de crônicas<sup>5</sup> que retratam de maneira alegórica um país fictício – A República dos Estados Unidos da Bruzundanga – escritas sob a ótica de um visitante brasileiro, narrador onisciente, que discorre sobre vários aspectos do país. A escolha do nome de tal país, por si só, já vem carregado de significados. Além da comicidade que a própria fonética da palavra carrega, o conteúdo, como define o Dicionário Houaiss, denota de maneira explícita a “bagunça” do país: “Bruzundanga: 1 - coisa de pouca serventia ou inútil; insignificância, ninharia; 2 amontoado de coisas inúteis ou de escassa serventia; 3 - Falta de ordem; confusão,

---

<sup>2</sup> Cf. NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 16-18; e SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 153-188.

<sup>3</sup> Segundo Sevcenko, a *belle époque* “foi sem dúvida a época de ouro da instituição literária, tanto no Brasil como na Europa e em todo o mundo marcado pela influência cultural europeia”. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p.274.

<sup>4</sup> Para mais informações sobre a Reforma Pereira Passos, Cf. BECHIMOL, Jaime. “Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 233-286.

<sup>5</sup> Beatriz Resende, em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*, faz uma interessante observação sobre este gênero literário, a crônica, em Lima Barreto: “(...) na produção de Lima Barreto, são eliminados os limites rígidos entre o literário e o jornalístico. Essa é uma postura decisiva, já que introduz recursos que serão consagrados a partir da década de 1920, com o Modernismo, num momento em que a recepção ainda estava despreparada para absorvê-los”. Ou seja, em Lima Barreto podemos observar o rompimento estilístico que diferencia técnicas narrativas das crônicas, romances e jornalismo. Cf. RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 73.

barafunda; 4 - Linguagem confusa, difícil de entender; algaravia; 5 - Coisa malfeita, mal realizada”.<sup>6</sup>

Logo no prefácio, Lima sugere que uma das pretensões da narrativa seja a de usar as peculiaridades negativas da Bruzundanga como um contraexemplo: “A ‘Bruzundanga’ fornece matéria de sobra para livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males, pois possui maiores e mais completos. Sua missão é, portanto, como a dos “maiores” da Arte, livrar-nos dos outros, naturalmente menores”<sup>7</sup>. A “Arte”, a qual refere-se, trata-se da arte do furto. O tom de denúncia dos males da Bruzundanga permeia toda a obra. Sob esse pseudônimo do Brasil, Lima Barreto expõe com todo seu característico sarcasmo, críticas sobre as oligarquias, a “nobreza” – constituída de doutores e detentores de títulos e seus privilégios –, a Constituição, a fajuta diplomacia, a saúde, a educação, a cultura rasa, dentre tantos outros pontos. *Os Bruzundangas* é, então, o Brasil sintetizado de forma satírica pelo olhar de Lima Barreto.

Como a obra é composta por doze capítulos e alguns textos adicionais com “outras histórias”, a opção feita para este trabalho foi, a partir da leitura de todas as crônicas, identificar as temáticas principais que estão presentes nesses textos e, ao invés de tratar capítulo a capítulo, separá-los por eixos temáticos. Esses eixos temáticos foram escolhidos por estarem presentes de maneira direta ou indireta em cada crônica. Como várias crônicas dialogam entre si, como se servissem de complemento uma para outra, analisaremos o cerne das temáticas pareceu ser mais dinâmico e proveitoso para o entendimento geral da obra de Lima Barreto. *Os Bruzundangas* não apresenta nenhuma novidade em relação às temáticas, visto que podemos identifica-las nas demais obras de Lima Barreto, mas o que faz de *Os Bruzundangas* ser diferente das demais é a reunião de todas elas no esforço do autor para explicar o Brasil.

## 2.1 Brasil ou Bruzundanga?

*Bossuet dizia que o verdadeiro fim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes.*<sup>8</sup>(*Os Bruzundangas*)

<sup>6</sup> Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2009, p. 333.

<sup>7</sup> Prefácio. Cf. BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922. A grafia foi atualizada por mim para uma melhor compreensão do texto. A partir deste, todos os trechos estarão com a grafia atualizada.

<sup>8</sup> BARRETO, Lima. “A política e os políticos da Bruzundanga”. Idem, p. 54-55

As divisões de períodos que fazemos na História tem como finalidade facilitar o estudo e a compreensão de temporalidades, e não de determinar rupturas bruscas no movimento histórico como uma simples virada de folha no calendário. É isso que devemos ter em mente quando estudamos a nossa Primeira República. O período que denominamos como Primeira República (1889-1930)<sup>9</sup>, não significou que do dia 15 de novembro de 1889 em diante a vida do povo mudou repentinamente. Ao contrário do que diz a própria Proclamação: “Povo, o Exército e a Armada Nacional, em perfeita comunhão de sentimentos com os nossos concidadãos residentes nas províncias”<sup>10</sup>, o povo não teve participação efetiva no advento republicano. A vida social, cultural e econômica também não sofreu transformações imediatas com a República. Havia um abismo entre o povo e a República<sup>11</sup> e isso serviu como mote para a produção literária de Lima Barreto. Muitos dos vícios do regime político anterior permaneceram na República e várias deles são apontadas por Lima Barreto n’*Os Bruzundangas*.

Já não é mais novidade constatar que Lima Barreto enxergava a classe política com total desgosto. Lima não só via problema com os políticos, mas na forma como o regime republicano foi instaurado, éfrequente a dicotomia que se faz sobre as predileções políticas de Lima Barreto. Não são raras as vezes que o colocam como monarquista pelas críticas que faz à República, ignorando assim seus escritos de caráter progressista e modernizador.<sup>12</sup> Não se pretende aqui negar as contradições que Lima Barreto possa apresentar, visto que essa condição é típica de todos nós. O que se pretende nesta leitura de Lima Barreto é enxergar a complexidade do advento da República sob sua perspectiva e testemunho.

A própria ideia de República, para Lima Barreto, era uma ideia *bovarística*. Conforme discutido anteriormente, bovarismo trata de um “estrangeirismo”. Os republicanos enxergavam na República a solução que levaria o país ao progresso. Uma visão que hoje sabemos ser deveras romântica. O bovarismo, para Lima, sustentou o desejo de se fazer a República, ainda que não estivéssemos preparados para tal:

---

<sup>9</sup> Emília Viotti da Costa faz um balanço sobre os diferentes discursos pós-proclamação, dos “vencedores e vencidos”, ou seja, dos republicanos, dos monarquistas e dos republicanos descontentes com o que veio a ser a República. Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 387-398.

<sup>10</sup> Edgard Carone faz observações interessantes referentes ao texto da Proclamação da República em: CARONE, Edgard. *A República Velha II - (Evolução Política)*. São Paulo: Difel, 1977, p. 26-27.

<sup>11</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>12</sup> RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. p. 24.

A jovem república estava toda imersa em atitudes bovaristas. Aliás, a sua própria fundação fora decorrência de uma atitude bovarística: a fé incondicional na fórmula republicana, mais que isso, na palavra República, tomada como a panaceia que resolveria todos os males do país.<sup>13</sup>

Se bovarismo é uma forma de “estrangeirismo”, qual a diferença entre os estrangeirismos dos tempos do império para o republicano? Nicolau Sevcenko nos sugere a seguinte explicação:

Para ele [Lima Barreto], a antiga elite monárquica havia atingido um nível bastante satisfatório e promissor de relacionamento e envolvimento com as diferentes etnias e seus matizes e com a própria natureza brasileira. Esse processo de interpenetração que vinha em franco progresso foi contudo bruscamente interrompido e invertido pela emergência da burguesia republicana cosmopolitista.<sup>14</sup>

Podemos, então, inferir que Lima Barreto entendia que estávamos no auge do império. De fato, políticas liberais estavam sendo praticadas nos últimos anos<sup>15</sup>, mas não foram suficientes para barrar o anseio burguês de romper com o império.

O contexto da Proclamação da República encontra na historiografia e na literatura diferentes explicações que visam justificar seu acontecimento, Margarida de Souza Neves aborda alguns destes cenários propostos. Segundo a autora, há quem a explique como um fato que ocorreu “de improviso”, pelos militares descontentes e inflamados com os desdobramentos da Guerra do Paraguai, deixando assim o povo *bestializado*, como também quem a entenda como o resultado de ações iniciadas na década de 1870, quando “(...) se oficializa o republicanismo brasileiro, com a publicação do Manifesto Republicano no primeiro número do jornal *A República*”<sup>16</sup>. O fato, como bem aponta Neves em seu balanço historiográfico sobre as diferentes correntes explicativas sobre a Proclamação, é que este advento abre espaço para inúmeras versões e significados<sup>17</sup>. Assim como os historiadores lançam suas versões sobre os fatos – que são sempre postas sob o jugo de seus pares –, Lima Barreto não poderia deixar de dar sua versão:

Como sabem a Bruzundanga foi, durante um século, Império ou Monarquia. Há seis ou sete lustros oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as

<sup>13</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 213.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 210-211.

<sup>15</sup> Para Emília Viotti, “O regime monárquico dera ao país setenta anos de paz interna e externa garantindo a unidade nacional, o progresso, a liberdade e o prestígio internacional”. Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 395.

<sup>16</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 28.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 34.

suas vagas aspirações a palavra República. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o trono da Bruzundanga.

Os amigos do Império, vendo que as cousas perigavam, trataram de enfrentar a corrente com decisão e chamaram, para condestável da Bruzundanga, um velho general que vivia retirado nas suas propriedades agrícolas.

Era de crer que semelhante condestável pudesse ser vencido, mas que confabulasse com os inimigos que vinha combater, não era possível admitir! Não sou eu quem o diz; são os seus próprios companheiros. Ainda há meses, recebi um jornal da Bruzundanga, em que um grande e notável fabricante da Bruzundanga de lá contava como as cousas se tinham passado. Narra esse senhor, como o condestável, nas vésperas da proclamação da República, enganara aqueles que tinham depositado confiança nele, para servir os contrários. Eis aí os começos de um herói da Republica dos Estados Unidos da Bruzundanga! Ele, porém, ainda nos merece mais algumas palavras. Este último herói é lá chamado Consolidador da República. Sabem por que? Porque não consolidou coisa alguma. Não houve Manda-Chuva, pois ele o foi, da Bruzundanga, que mais desrespeitasse as leis da República. Entender-se-ia que a havia consolidado se o seu governo fosse fecundo dentro das leis da Bruzundanga. Ele, porém, saltou por cima de todas elas e governou a seu talante. Mostrou que as leis da Republica não prestavam e, longe de consolidá-las, abalou nos seus fundamentos.<sup>18</sup>

Logo no início, Lima descreve o contexto que precedeu a Proclamação. Sua análise vai ao encontro com o que a historiografia defende, como exposto por Neves, de que a movimentação republicana se iniciou décadas antes. Dentre estes republicanos, certamente, Lima inclui os “fazendeiros e proprietários de escravos que abandonam o barco da monarquia após a abolição de 13 de maio de 1888”<sup>19</sup>, o que é irônico, visto que a república visava ações modernizadoras, o que, categoricamente, a escravidão não representava. O quadro dos pró-república, composto por fazendeiros, militares e entusiastas civis, cada qual com seu interesse, por si só já demonstra toda a complexidade do cenário de 1889. Na crônica, a figura do condestável, Marechal Deodoro da Fonseca, é inserida como, até então, aliado da monarquia. O que se sucede durante o imbróglio, segundo Lima, é a traição de Marechal, quando “enganara aqueles que tinham depositado confiança nele para servir os contrários”. E, ao contrário dos próprios ideais republicanos, tornou-se o mandachuva – o presidente. O herói que a Bruzundanga “elege” é, então, um traidor. Isso, para Lima Barreto, diz muito sobre a República da Bruzundanga. Outro

<sup>18</sup> BARRETO, Lima. “Os heróis”. In *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922, p. 109-110.

<sup>19</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 29.

aspecto interessante nessa seção do texto se refere ao desrespeito às leis pelo próprio presidente. Em *A Constituição*, Lima chega à seguinte conclusão:

A Constituição da Bruzundanga era sábia no que tocava às condições para elegibilidade do Manda-chuva, isto é, o Presidente. Estabelecia que devia unicamente saber ler e escrever; que nunca tivesse mostrado ou procurado mostrar que tinha alguma inteligência; que não tivesse vontade própria; que fosse, enfim, de uma mediocridade total. Nessa parte a Constituição sempre foi obedecida. A República dura, na Bruzundanga, há cerca de trinta anos. Têm passado pela curul presidencial nada menos do que seis Manda-Chuvas, e não houve, talvez, um que infringisse tão sábias disposições. A Carta da Bruzundanga, que começou imitando a do país dos gigantes<sup>20</sup>, foi inteiramente obedecida nessa passagem, e de um modo religioso. No que toca ao resto, porém, ela tem sofrido várias mutilações, desfigurações e interpretações de modo a não me permitir continuar a dar mais apanhados dela, a menos que quisesse escrever um livro de seiscentas páginas<sup>21</sup>.

Essa conclusão de Lima Barreto encontra respaldo nos acontecimentos que sucederam pouco tempo após a Proclamação. Durante o governo provisório de Marechal Deodoro, foram convocadas eleições para o Congresso, em setembro de 1890, com a finalidade de elaborar e aprovar a primeira Constituição do regime republicano e eleger o então primeiro presidente e vice-presidente da República. A Assembleia Constituinte formada dentre os defensores da República desde a década de 1870, militares, até os 128 bacharéis - “muitos dos quais filhos e representantes da classe senhorial e proprietários de terras”<sup>22</sup> -, que tantas vezes aparecem nas crônicas de Lima, promulga em fevereiro de 1891 a primeira Constituição. Além da Constituição, Marechal Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, de chapas opostas, são eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, em um sistema de votos separados, em que primeiro disputaram os candidatos à presidência – Marechal Deodoro e Prudente de Moraes –, e depois os candidatos à vice: Eduardo Wandenkolk e Floriano Peixoto<sup>23</sup>.

Podemos, então, dizer que Lima Barreto, mais uma vez, foi assertivo em suas observações sobre o primeiro presidente, ao escrever que este “governou a seu talante”, desrespeitando ele mesmo as primeiras leis de um país que ajudou a tornar republicano:

<sup>20</sup> O “país dos gigantes” a que Lima se refere trata-se de Brobdingnag, o país dos gigantes, de *As Viagens de Gulliver*, romance de Jonathan Swift, de 1726.

<sup>21</sup> BARRETO, Lima. “A constituição”. In *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922, p. 84-85.

<sup>22</sup> FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 55.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 55-56.



O deodorismo constitucional duraria pouco, de fevereiro a novembro de 1891. As constantes desavenças entre a autoridade militar do Executivo e as posturas civilistas da maioria dos congressistas evoluíram para o impasse político e a perda da legitimidade da governança. De modo que, no decorrer dos oito meses de regime constitucional, o marechal se sobrepôs ao presidente [do Congresso], com frequentes discussões e deposições de ministros e apelos para medidas administrativas não condizentes com a República imaginada pouco tempo antes.<sup>24</sup>

O período que compreende “domínio da espada”<sup>25</sup> foi breve. Em 1894, o paulista Prudente de Moraes assume a presidência da República, sendo sucedido por Campos Salles em 1898, dando início ao que viria a ser chamada de “política dos governadores”<sup>26</sup> ou “República oligárquica”<sup>27</sup>, que consistia, em suma, em “(...) um sistema baseado na dominação de uma minoria e na exclusão de uma maioria do processo de participação política”<sup>28</sup>. O interesse coletivo, ao qual a República deveria servir, não acontecia devido a forma como esse novo regime estava se estruturando, que consistia em representar os interesses de poucos já que a maioria – o povo – era excluído desse processo, pois o voto era negado aos analfabetos, maioria da população do país. Como aponta Botelho:

Vale ressaltar que toda sistemática eleitoral republicana, que por si só já era excludente e corrupta, tinha por base a inexistência de partidos políticos nacionais, o veto à participação dos analfabetos nas eleições, um país quase sem escolas e uma parcela ínfima da população constituindo o eleitorado. Então, caso os mecanismos de manipulação eleitoral, como ‘o voto de curral’, o ‘voto de cabresto’, e as fraudes ou o que se chamava de ‘eleições à bico de pena’, viessem a permitir que algum segmento oposicionista fizesse representantes no Congresso ou nas Assembleias estaduais, era necessário dispor de um recurso último e definitivo para barrar possíveis dissensões. Este recurso viria através da nova forma de funcionamento da Comissão de Verificação<sup>29</sup>.

<sup>24</sup> Ibidem, p. 56

<sup>25</sup> Termo utilizado para denominar o governo dos militares. Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 399.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 399.

<sup>27</sup> Apesar do apoio que essa política acabava fornecendo ao governo federal, entre os estados não havia plena harmonia, como costuma-se pensar, atribuído ao sistema “café-com leite”, representado pelos estados de São Paulo e Minas Gerais, como também dos outros estados da federação que estavam em plena disputa por espaços políticos. Em um trabalho mais aprofundado, Claudia Viscardi desconstrói essa concepção de harmonia entre os estados e a passividade do governo federal em troca de apoio, como também propõe uma alternativa de análise jogando luz às nuances desse período. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

<sup>28</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 91.

<sup>29</sup> Sobre “Comissão de Verificação”, Denilson Botelho a define como um “órgão constituído por integrantes da Câmara dos Deputados ou das Assembleias estaduais, [que] encarregava-se de receber as atas eleitorais, ou seja, os livros de votação dos eleitores, verificar se houve ou não fraude, proclamar os deputados eleitos e diploma-los, atestando a lisura do pleito”. Cf. BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: história, literatura e política em Lima Barreto*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 108.

O próprio mecanismo eleitoral possuía recursos que favoreciam diretamente a permanência da “política dos governadores”, impedindo assim qualquer forma de oposição, como prossegue Botelho:

Se até então o mais velho dos deputados diplomados era nomeado presidente interino da Câmara, e por sua vez, escolhia os quatro deputados que comporiam a comissão – também sob a sua presidência – encarregada de verificar e organizar a lista dos diplomados, a partir da gestão Campos Sales, o critério da idade é reformulado e passa a estipular que ocupará a presidência o deputado que presidiu a Câmara na legislatura anterior – certamente, pessoa aliada ao chefe do Executivo. Dessa forma, mesmo que um deputado da oposição local ao governador de um Estado conseguisse se eleger, a Comissão cuidava para não lhe conferir o respectivo diploma e não empossá-lo ou, como se dizia, em não fazer o reconhecimento de sua eleição, procedendo à “degola”.

Isto se refletia num Congresso dócil às determinações presidenciais. Os legislativos só aceitariam integrantes aliados aos grupos políticos dominantes em cada estado. E no Congresso, estes grupos oligárquicos das unidades da federação garantiam que seus representantes votariam majoritariamente sempre a favor do Executivo.

Vários aspectos provenientes desse período de “liberalismo oligárquico”<sup>30</sup> também aparecem nas crônicas d’*Os Bruzundangas*. Uma das representações que Lima Barreto faz em suas crônicas dessa República oligárquica é encontrada no capítulo XI, intitulado *Um ministro*. Não por acaso, o ministro é também um político, do qual Lima faz questão de frisar a inabilidade para gerir as próprias terras, mas, ainda assim, exerce uma função na política:

O regímen de propriedade agrícola lá, regímen de latifúndios com toques feudais, faz que o trabalhador agrícola seja um pária, quase sempre errante de fazenda em fazenda, donde é expulso por dá cá aquela palha, sem garantias de espécie alguma – situação mais agravada ainda pela sua ignorância, pela natureza das culturas, pela politicagem roceira e pela incapacidade e cupidez dos proprietários.

Estes, em geral, são completamente inábeis para dirigir qualquer coisa, indignos de função que a obscura marcha das coisas depositou em suas mãos. Pouco instruídos, apesar de formados, nisto ou naquilo, e sem iniciativa de qualquer natureza, despidos de qualquer sentimento de nobreza e generosidade para com os seus inferiores, mais ávidos de riqueza que o mais feroz taverneiro, pimpões e arrogantes, as suas fazendas ou usinas são

---

<sup>30</sup> Resende assim define o período que compreende a Primeira República (1889-1930), devido a “coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas”. Cf: RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 91.

governadas por eles, quando o são, com a dureza e os processos violentos de uma antiga fazenda brasileira de escravos<sup>31</sup>.

Ao unir a figura do fazendeiro e do ministro em um só personagem, Lima Barreto faz uma clara alusão ao atraso que ambas as figuras representam para o país. A República, mesmo que recente como regime, era atrasada e com “processos violentos”, pois quem a conduzia de maneira direta ou indireta eram os mesmos fazendeiros “pouco instruídos” e “despidos de qualquer sentimento de nobreza”.

Atento a esse processo fraudulento de eleições, Lima Barreto faz a seguinte consideração:

Na Bruzundanga, como no Brasil, todos os representantes do povo, desde o vereador até o Presidente da República, eram eleitos por sufrágio universal, e, lá, como aqui, de há muito que os políticos práticos tinham conseguido quase totalmente eliminar do aparelho eleitoral este elemento perturbador – “o voto”<sup>32</sup>.

*As eleições* da Bruzundanga, assunto tratado no capítulo XIV, contém a narrativa de um eleitor em dia de votação. Antecedendo o voto, a escolha do candidato pelo eleitor, por si só, já é uma paródia sobre os critérios levados em consideração para tal escolha: propostas irrelevantes, propostas que beneficiam uma parcela da população e finalmente o voto por “dó”, já que o candidato, pobre, precisaria do subsídio do Estado para sobreviver. Seguimos, então, para o ato da votação:

Estive assim cerca de duas horas, ao fim das quais alguns daqueles sujeitos horrendos se aproximaram e, fingindo que o faziam às ocultas, começaram a examinar facas, punhais, estoques, garruchas, revólveres, que traziam. Via perfeitamente as armas e descobri que mesmo para isso é que eles tal coisa faziam.

Fascinaram-me e não pude desviar o olhar. Foi a minha desgraça, Deus dos Céus! Um deles ergueu o chapéu ao alto da cabeça e fez para mim, encarando-me com horrorosa catadura:

-Que está olhando?

-Nada, não senhor – respondi eu.

-Vá... Você está aí com parte de siri sem unha... Arreda!

E, sem saber como, vi-me envolvido em um formidável rolo e levei uma porção de pauladas e quatro facadas.

Mandaram-me para a Santa Casa, onde meu amigo Hanthônio me foi visitar:

-Que foi isso? – perguntou-me.

-Direitos políticos.

Depois de restabelecido, vim a saber que o Kasthriotoh não tivera um único voto e arranjava um emprego modesto que lhe dava para fazê-lo viver a família com café e leite sem manteiga. A ata (eu a pude ver mais tarde) estava um primor de autenticidade, pois tinha sido falsificada com toda a perfeição

<sup>31</sup> BARRETO, Lima. “Um ministro”. In: *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922, p. 99-100.

<sup>32</sup> BARRETO, Lima. “As eleições”. Idem, p. 119.

por um espanhol que vivia do ofício eleitoral de falsificar atas de eleições. Eis como foi a minha estreia eleitoral<sup>33</sup>.

Neste trecho, duas situações convergem com alguns pontos que a historiografia aborda sobre as eleições dos primeiros anos republicanos: a violência e a fraude do processo eleitoral. Conforme discutido no capítulo anterior, Murilo de Carvalho apresenta um quadro bastante reduzido de pessoas aptas a exercerem o papel de cidadãos eleitores devido as condições impostas para tal, como a alfabetização, em um país de maioria analfabeta. Referente a isso, Maria Efigênia Lage Resende conclui que “o direto ao voto [que] é o mais importante dos direitos políticos (...) significou pouco em termos de ampliação da participação da população”<sup>34</sup>. Compreensível a postura de descrença de Lima Barreto em relação à República e seu delicado processo eleitoral, já que a exclusão dos analfabetos tinha um caráter discriminatório e de desobrigação do cumprimento de fornecer educação primária, como era previsto na constituição imperial.<sup>35</sup> “A República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial. Pode-se dizer que houve até um retrocesso no que se refere a direitos sociais”<sup>36</sup>. Acrescida a este cenário, a violência em dias de votação desestimulava quem quisesse de fato cumprir seu direito cívico. Em outro trecho também podemos observar essa denúncia:

As ruas ficam quase desertas, perdem o seu trânsito habitual de mulheres e homens atarefados; mas para compensar tal desfalque passam constantemente por elas, carros, automóveis, peçados de passageiros heterogêneos. O doutor-candidato vai neles com os mais cruéis assassinos da cidade, quando ele mesmo não é um assassino; o grave chefe da secção, interessado na eleição de F., que prometeu fazê-lo diretor; o grave chefe, o homem severo com os vadios de sua burocracia, não trepida em andar com de cabeça descoberta, com dois ou três calaceiros conhecidíssimos.<sup>37</sup>

Se no Império havia a figura dos capoeiras que intimidavam os eleitores, na República a figura ameaçadora foi substituída por capangas<sup>38</sup>, que garantiam os votos aos candidatos “contratantes” do serviço. Lima Barreto bem observou a questão das fraudes

<sup>33</sup> Ibidem, p. 124-125.

<sup>34</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 103.

<sup>35</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 45

<sup>36</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>37</sup> BARRETO, Lima. “As eleições”. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, p. 120-121

<sup>38</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 87.

das atas, em estado de “primor de autenticidade”, situação expressa na “Comissão de Verificação”, já apresentada por Botelho.

A cultura aparece em vários momentos d’*Os Bruzundangas*, ganhando destaque no capítulo que abre a obra. Em “Os samoiedas”, escola literária do país, Lima descreve as características de tal escola, que tem em sua origem uma explicação surreal, como todos os acontecimentos da Bruzundanga<sup>39</sup>.

Lima Barreto fazia questão de se diferenciar de seus pares intelectuais, por meio da linguagem e pelo conteúdo. Tendo esta postura, via de maneira bastante crítica o cenário literário no Brasil e, neste capítulo inicial, trata justamente deste tema. No trecho a seguir, o foco recai sobre a questão da linguagem: “Quanto mais incompreensível é ela, mais admirado é o escritor que a escreve, por todos que não lhe entenderam o escrito”<sup>40</sup>. Uma linguagem demasiadamente rebuscada, além de dificultar o entendimento do texto, distanciando assim o leitor da literatura, muitas vezes serve para disfarçar a falta de conteúdo do próprio texto. A linguagem, então, deveria ser acessível e clara e com conteúdo relevante. Lima Barreto não via em absoluto a literatura como um passatempo ou muito menos algo supérfluo, de enfeite, para distrações vãs. Para Lima, a literatura deveria difundir-se socialmente<sup>41</sup>, por ter ela mesma uma função social.

Além da linguagem, Lima Barreto questiona a figura do literato. Na Bruzundanga, o literato não é o homem dedicado às letras. A classe dos literatos é formada basicamente pelos doutores, os bacharéis. Estes, não precisam, segundo Lima, apresentar bons trabalhos ou ter algum tipo de compromisso social<sup>42</sup>. O fato de serem “doutores” lhes conferia o título de literatos, se assim quisessem. O trecho a seguir exemplifica a afirmação:

Os literatos, propriamente, aqueles de bons vestuários e ademanes de encomenda, não lhes dão importância, embora de todos não desprezem a literatura oral. Ao contrário: todos eles quase não têm propriamente obras escritas; a bagagem deles consta de conferências, poesias recitadas nas salas, máximas pronunciadas na intimidade de amigos, discursos em batizados ou casamentos, em banquetes figurões ou em cerimônias escolares, cifrando-se,

---

<sup>39</sup> “Esses poetas da Bruzundanga, para dar uma origem altissonante e misteriosa à sua escola, sustentam que ela nasceu do poema de um príncipe samoieda, que viveu nas margens do Ártico, nas proximidades do Ôbi ou do Lena, na Sibéria, um original que se alimentava da carne de mamutes conservados há centenas de séculos nas geleiras daquelas regiões”. Cf. *Os Samoiedas: capítulo especial*. Cf. BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*, p. 9-27.

<sup>40</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>41</sup> CORRÊA, Felipe Botelho. *As crônicas da Bruzundanga: a literatura militante de Lima Barreto*. S. l., E-galáxia, 2017, p. 16.

<sup>42</sup> BARRETO, Lima. “Os Samoiedas”. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922, p. 10.

as mais das vezes, a sua obra escrita em uma plaqueta de fantasias de menino, coletâneas de ligeiros artigos de jornal ou num maçudo compêndio de aula, vendidos, na nossa moeda, à razão de quinze ou vinte mil-réis o volume<sup>43</sup>.

Além do fato de os literatos da Bruzundanga serem doutores, nota-se, pelo trecho acima, que não há a necessidade de ter sequer uma obra, seja ela de prosa ou poesia, escrita. A fluência das palavras, na sociedade bruzundanguense, era suficiente para alguém ser considerado um artista, um literato. Mede-se por aí o nível da mediocridade que Lima enxergava na sociedade e nos seus artistas. Para Lima Barreto, a busca destes doutores e bacharéis pela sua identificação como literatos significaria a busca por status, a fim de obterem maior visibilidade social. Talento genuíno e qualidade em suas produções não eram levados em consideração.

Assim também são os literatos que simulam sê-lo para ter a glória que as letras dão, sem querer arcar com as dores, com o esforço excepcional, que elas exigem em troca. A glória das letras só as tem quem a elas se dá inteiramente; nelas, como no amor, só é amado quem se esquece de si inteiramente e se entrega com fé cega. Os samoiedas, como vamos ver, contentam-se com as aparências literárias e a banal simulação de notoriedade, umas vezes por incapacidade de inteligência, em outras por instrução insuficiente ou viciada, quase sempre, porém por falta de verdadeiro talento poético, de sinceridade, e necessidade, portanto, de disfarçar os defeitos com pelotiquices e passes de mágica intelectuais<sup>44</sup>.

Localizar literatos com este perfil de “doutor e literato” descrito por Lima, não é uma tarefa difícil. Uma rápida pesquisa sobre a biografia de algumas figuras da literatura contemporâneas a Lima Barreto, revelará que muitos eram sim bacharéis em direito, engenheiros e médicos, como no caso de Afrânio Peixoto, autor de *A esfinge*, aqui já citado. Ao contrário de Lima Barreto, Afrânio Peixoto tinha diploma, era médico, ocupou cadeira na Academia Brasileira de Letras pelas suas contribuições literárias, foi professor, político, dentre outras atividades. A concepção de literatura entre Afrânio Peixoto e Lima Barreto também eram profundamente diferentes. Enquanto Lima imprimia em seus textos todas as problemáticas da Primeira República, Afrânio Peixoto via na literatura a função de proporcionar “o sorriso da sociedade”.<sup>45</sup> Essas diferenças cruciais entre ambos em relação às suas distintas concepções sobre o papel da literatura remetem ao que observa Denilson Botelho:

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 14-15.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 15-16.

<sup>45</sup> BOTELHO, Denilson. “Um encontro inusitado: história e literatura nas páginas do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro da Primeira República”. In *Revista Hydra*, vol. 2, n. 3, junho de 2017, p. 26.

Podem[os] testemunhar inclusive sobre a desigualdade entre aqueles que podiam se entregar ao desfrute da literatura como ‘sorriso da sociedade’ e aqueles para os quais não restavam alternativas de sobrevivência que não fosse o trabalho árduo. Portanto, estamos falando de literatura também como testemunho da luta de classes que se manifesta na trajetória desses autores (...).<sup>46</sup>

A literatura, assim, revela como a sociedade e a República eram diferentes para ambos. Mas, para que haja artistas que produzam materiais de conteúdo pouco relevantes e de qualidade duvidosa, existe um público que o consome, e Lima Barreto não poupa acidez nos comentários sobre a sociedade da Bruzundanga.

É deveras difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável. Em geral, a gente da terra que forma a sociedade só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriquecem pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente.

(...)

Pode ser definida a feição geral da sociedade da Bruzundanga com a palavra “mediocre”<sup>47</sup>.

É dessa forma categórica que Lima define a sociedade da Bruzundanga. Importante salientarmos que Lima Barreto está interessado em nos apresentar com mais profundidade uma parcela da sociedade, a formada pela classe dominante. Essa camada da sociedade bruzundanguense é constituída, basicamente, pela classe política, a nobreza, profissionais liberais e acumuladores de cargos públicos. Para Lima, é uma sociedade preocupada com acumulação de riquezas, sem uma tradição própria, que ignora a cultura nativa e que importa, sem muitos critérios, a cultura estrangeira. É ainda uma sociedade que não produz seus próprios intelectuais, mesmo que se tenha espaços destinados para tal: “Ha lá salões literários e artísticos, mas de nenhum deles surgiu um Montesquieu com o *Espírito das leis* (...)”<sup>48</sup>. Se no capítulo que abre a obra Lima quis demonstrar toda a superficialidade dos literatos e da literatura da Bruzundanga, no decorrer dos demais capítulos essa visão vai se estendendo para o restante da sociedade composto principalmente pela elite do país. Conhecer essa parcela da sociedade bruzundanguense

---

<sup>46</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>47</sup> BARRETO, Lima. “A sociedade”. *Os Bruzundangas*, p. 113-114.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 115.

permite que o leitor compreenda como as mazelas do país sucedem com tamanha naturalidade.

Lima Barreto, apesar de não pertencer a uma classe social abastada, transitava também entre pessoas com maior nível social. Como já dito, durante o período em que esteve na Politécnica foi responsável pelo contato que teve com pessoas pertencentes a classes sociais distintas da sua, assim como as disparidades dos ambientes que frequentava, dos cafés do centro do Rio de Janeiro à sua casa no subúrbio. O fato de transitar por diferentes lugares em uma mesma cidade, e se relacionar com pessoas desiguais econômica e socialmente, deu a Lima Barreto maior propriedade para falar de outras camadas da sociedade que não somente a sua. Quando escreve sobre a sociedade da Bruzundanga, Lima Barreto pontua, o que na sua concepção, corresponde a cada camada. Dos mais ricos, a elite, o autor ressalta a ganância e até a perversidade nas atitudes:

-V. Ex. quer matar de fome o povo da Bruzundanga:  
-Não há tal; mas mesmo que viessem a morrer muitos, seria até um benefício, visto que o preço da oferta é regulado pela procura e, desde que a procura diminua com a morte de muitos, o preço dos gêneros baixará fatalmente.<sup>49</sup>

Como expoente da burguesia, para Lima Barreto, está o estado de São Paulo, representada na obra como a província do *Kaphet*: “(...) considerada pelo escritor como a capital do ‘espírito burguês’ e da ‘avidez de dinheiro’, identificado como o foco original de toda a ‘nova cupidez’ que dissolvia a sociedade nacional. Era ali que se sediava toda a ‘opressão econômica’ e todo o ‘mal do Brasil’ de então”<sup>50</sup>.

O mal da província não está nessas pequenas vaidades inofensivas; o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metábolia de classes. A inteligência pobre que se quer fazer tem de se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências.<sup>51</sup>

Lima Barreto faz questão de dar maior peso narrativo à elite ao coloca-la como responsável pelos males do país deixando claro a dicotomia da sociedade, como uma

<sup>49</sup> BARRETO, Lima. “Um grande financeiro”, In idem, p. 36.

<sup>50</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 227.

<sup>51</sup> BARRETO, Lima. “Uma província”. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922, p. 159.



classe se sobrepuja à outra. Essa elite, que Lima denomina como nobreza, é definida por ele da seguinte forma:

A nobreza da Bruzundanga se divide em dois grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existe a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpite.

A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza; que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em qualquer outro país, isto pode dar-se; na Bruzundanga, não.<sup>52</sup>

Nota-se que Lima Barreto divide a nobreza em duas: a doutoral e a de palpite. Por “nobreza doutoral”, entende-se os que obtiveram diploma em algum curso superior tradicional: medicina, engenharia ou direito. Lima, quando relaciona a formação em um curso superior com status de nobreza, está denunciando a “aliança espúria que nota existir entre o saber e o poder, ou, mais precisamente, entre a ciência e o exercício da administração pública”<sup>53</sup>. Botelho aponta que há pelo menos duas formas de analisar como essa “nobreza doutoral” se insere nas críticas de Lima Barreto. A primeira “(...) diz respeito a ascensão social e, por vezes, política, que os portadores de títulos acadêmicos e supostamente científicos buscavam alcançar desde que alçados à condição e ao status de ‘doutor’”<sup>54</sup>, e a segunda “(...) diz respeito à despolitização das práticas administrativas. Lima Barreto contesta e denuncia firmemente a introdução de uma concepção despolitizadora do ato de governar, que procura atribuir à administração pública um caráter supostamente neutro, objetivo, técnico e, porque não, científico”.<sup>55</sup> Desta forma, podemos concluir que ser “doutor” na sociedade bruzundanguense de Lima Barreto nada tem a ver com a vontade em exercer a profissão aprendida no curso escolhido, apenas o desejo de se destacar socialmente e galgar algum espaço na administração pública. Em *Um manda chuva*, temos o exemplo que reforça este apontamento: “A não ser que suba ao poder, por uma revolta mais ou menos disfarçada, um General mais ou menos decorativo, o Manda-Chuva é sempre escolhido entre os membros da nobreza doutoral; e, dentre os doutores, a escolha recai sobre um advogado”<sup>56</sup>; e continua:

<sup>52</sup> BARRETO, Lima. “A nobreza da Bruzundanga”, In: Idem, p. 40-41.

<sup>53</sup> BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: História, literatura e política em Lima Barreto*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 168.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>55</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>56</sup> BARRETO, Lima. “Um manda chuva”. *Os Bruzundangas*, p. 87-88.

(...) na Bruzundanga, em geral, o Manda-Chuva é escolhido entre os advogados, mas não julguem que ele venha dos mais notáveis, dos mais ilustrados, não: ele surge e é indicado dentre os mais néscios e os mais medíocres. Quase sempre, é um leguleio da roça que, logo após a formatura, isto é, desde os primeiros anos de sua mocidade até os quarenta, quando o fizeram deputado provincial, não teve outro ambiente que a sua cidadezinha de cinco a dez mil habitantes, mais outra leitura que a dos jornais e livros comuns da profissão (...) <sup>57</sup>.

A escolha de um doutor medíocre para ocupar o cargo de “mandachuva” <sup>58</sup>, que na Bruzundanga corresponde ao presidente da República, não é à toa. A mediocridade neste caso serve aos interesses dos verdadeiros poderosos. Nas palavras de Lima, o mandachuva tem o propósito de “(...) ajeitar os correligionários, pelo trabalho de amaciar os influentes e os preponderantes, na política geral e regional. A sua atividade espiritual limita-se a isto” <sup>59</sup>. Escolhe-se, então, um doutor que seja político no sentido que tenha a habilidade de lidar com conflitos de interesses, que seja polido.

A “nobreza doutoral” se mantém em um nível diferenciado do restante da população, que por sua vez, aceita e respeita tal nobreza. Uma pessoa de classe menos abastada dificilmente conseguiria obter um diploma que o colocaria em uma “casta” diferente. E, uma vez que se é de uma família de doutores, ser um doutor está em seu destino. Outra característica desta classe é a acumulação de cargos: “Lá, o cidadão que se arma de um título em uma das escolas citadas tem privilégios especiais, alguns constantes das leis e outros consignados nos costumes” <sup>60</sup>. Lançando mão do absurdo, Lima continua:

A Constituição da Bruzundanga proíbe acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não faz exceção, mas os doutores hermeneutas acharam uma.

<sup>57</sup> Ibidem, p. 88-89.

<sup>58</sup> A crítica em relação a mediocridade do mandachuva, ou melhor, do presidente, não foi feita unicamente nesta crônica ou em outro texto de caráter ficcional. Em *No ajuste de contas*, mais conhecido como *Manifesto maximalista*, escrito em maio de 1918, Lima Barreto fez o seguinte comentário: “Cada secretário do presidente concebe que governo é só e unicamente o seu respectivo ministério e cada qual puxa a brasa para a sua sardinha. Cobia ao presidente coordenar estes movimentos desconexos, ajustá-los, conjugá-los; mas ele nada faz, não intervém nas reformas e deixa correr o marfim, para não perder o precioso tempo que tem de empregar em satisfazer os hipócritas manejos dos caixeiros da fradalhada obsoleta ou em pensar nas coisas de sua politiquinha de aldeola”. Lima Barreto revela no final do texto que o escreveu sob inspiração da Revolução Russa, iniciada no ano anterior a seu texto, em 1917. Neste texto, Lima Barreto além de fazer várias críticas sobre os desmandos do regime republicano, faz também algumas propostas que ele mesmo considera difíceis de serem compreendidas: “A muitos leitores parecerão absurdas essas ideias; não pretendo convencer desde já a todos, espero que o tempo e o raciocínio irão despertar neles simpatia por elas e a convicção da sua utilidade social”. *Manifesto maximalista – Especial Revolução Russa*, disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/08/29/lima-barreto-no-ajuste-de-contas-especial-revolucao-russa/>. Acesso em 13/04/2018.

<sup>59</sup> BARRETO, Lima. “Um manda chuva”. *Os Bruzundangas*, p. 89.

<sup>60</sup> BARRETO, Lima. “A nobreza da Bruzundanga”. In: Idem, p. 41.

Há médicos que são ao mesmo tempo clínicos do Hospital dos Indigentes, lentes da Faculdade de Medicina e inspetores dos telégrafos; há, na Bruzundanga, engenheiros que são a um só tempo professores de grego no Ginásio Secundário do Estado, professores de oboé, no Conservatório de Música, e peritos louvados e vitalícios dos escombros de incêndios. Quando lá estive, conheci um bacharel em direito que era consultor jurídico da principal estrada de ferro pertencente ao governo, inspetor de serviços metalúrgicos do Estado e examinador das candidatas irmãs de caridade<sup>61</sup>.

Percebe-se, no trecho acima, que não existe a necessidade de saber o ofício que se exerce. A titularidade de doutor lhe garante uma colocação – ou várias – onde houver espaço para tal. Acumulação de cargos, consequentemente gera acumulação de salários, e isso significa a ascensão social tão almejada pela sociedade bruzundanguense. A acumulação de cargos, como se vê, não é um problema recente e muito menos iniciado com a República. Na Constituição Imperial de 1824, nos artigos correspondentes ao Poder Legislativo há especificações quanto a acumulação de cargos<sup>62</sup>. Posteriormente, já como República, na Constituição de 1891, o artigo 73, especifica claramente que: “Os cargos públicos civis ou militares são acessíveis a todos os brasileiros, observadas as condições de capacidade especial que a lei estatuir, sendo, porém, vedadas as acumulações remuneradas”<sup>63</sup>. Segundo Lima Barreto, apesar de vedada pela Constituição a acumulação de remuneração, “as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem”.

A outra nobreza, a de palpite, é formada de um modo um tanto quanto mais complexo, pois ela não é baseada em diplomas que lhe permitem bons cargos com boas remunerações, mas sim de uma ascensão financeira que consequentemente lhe projeta para a ascensão social. Os títulos são dados por si próprios, de maneira inventada, no improviso, e a invenção incorporada passa a ser considerada uma verdade. Para reforçar a ideia de como os títulos desta outra nobreza são obtidos das maneiras mais inconsistentes possíveis, Lima exemplifica com a seguinte anedota:

Um rapaz de certos haveres, cujo pais mourejava muito para arranjar alguns cobres, foi um dia para o estrangeiro, bem enroupado, com algumas libras no

---

<sup>61</sup> Ibidem, p. 43-44.

<sup>62</sup> Refiro-me ao Art. 29: “Os Senadores, e Deputados poderão ser nomeados para o Cargo de Ministro de Estado, ou Conselheiro do Estado, com a diferença de que os Senadores continuam a ter assento no Senado, e o Deputado deixa vago o seu lugar da Camara, e se procede a nova eleição, na qual póde ser reeleito e acumular as duas funções”. A Constituição Imperial encontra-se disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm) Acesso em: 09/04/2018.

<sup>63</sup> A Constituição de 1891 está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm) Acesso em 09/04/2018.

bolso. Fora das vistas paternas e sentindo longe a hipocrisia da Bruzundanga, meteu-se em todas as pândegas que lhe passou pela cabeça.

Uma noite, em que estava cercado de damas alegres, em uma mesa de café cantante, uma delas deu na telha de trata-lo de marquês. Era senhor marquês, para aqui senhor marquês para ali.

O rapaz espantou-se a princípio, mas com o calor da conversa e a insistência da dama, ele perguntou ingenuamente:

-Mas eu sou marquês?

-É – disse a dama galante.

-Como?

-Vou já mostrar ao senhor marquês. Dê-me vinte francos e os nomes de seus pais, que já lhe dou a prova.

Ele assim fez e, dentro de vinte minutos, o rapazola recebeu a sua árvore genealógica, donde se concluiu que descendia dos marqueses de Libreville.

À vista de tão poderoso documento, o cidadão que partira da Bruzundanga simplesmente chamando-se Carlos Chavantes (é uma hipótese), voltou da estranja com o altissonante título de Marquês de Libreville. O pai continuou a chamar-se Chavantes; ele, porém, era marquês.<sup>64</sup>

A obsessão por títulos foi um costume do período monárquico que, sob a perspectiva de Lima, permaneceu durante os primeiros anos da República. Ainda que no novo regime ser nobre não significasse nada em termos de direitos ou qualquer outra distinção, para a alta sociedade significava uma posição social diferenciada. Se na monarquia os títulos eram vendidos ou concedidos pelo próprio império, a diferença na República é que acontecia como auto intitulação, mas em ambos os casos temos uma nobreza baseada em recursos financeiros e não pela hereditariedade.

Ao escrever sobre a formação da nobreza doutoral, Lima também está apontando para a questão da educação e ensino. Não à toa, dedica dois capítulos ao assunto, em que distingue os dois tipos de ensino disponíveis e para quem eles são destinados: o superior, do qual surgem os doutores, e o prático, para pessoas ligadas ao comércio<sup>65</sup>. O primeiro destinado à elite e o segundo à população menos abastada. Lima Barreto, como sabemos, por pouco não foi um bacharel em engenharia, um “doutor”, mas provinha de uma família de escassos recursos, logo, não se sentia pertencente àquele espaço acadêmico. Esse distanciamento lhe permitiu ter uma visão pouco romantizada sobre o ensino superior e os que dele usufruíam. É desde o ensino preparatório que as manobras para obter vantagens acontecem:

De forma que os filhos dos poderosos fazem os pais desdobrar bancas de exames, pôr em certas mesas pessoas suas, conseguindo aprovar os pequenos em aritmética sem que ao menos saibam somar frações, outros em francês sem que possam traduzir o mais fácil autor. Com tais manobras, conseguem sair-

---

BARRETO, Lima. “A outra nobreza da Bruzundanga”. *Os Bruzundangas*, p. 49-50.

<sup>65</sup> Refiro-me aos capítulos VI e XVII, *O ensino na Bruzundanga e Ensino prático*, respectivamente.

se da alhada e lá vão, cinco ou seis anos depois, ocupar gordas sinecuras com a sua importância de “doutor”<sup>66</sup>.

Aqui Lima demonstra que a mediocridade da sociedade bruzundanguense já desponta no ensino e apresenta as vicissitudes que acompanharão os estudantes após seus cursos. Depois de descrever o ensino dos futuros doutores, Lima descreve o ensino voltado aos menos abastados, o ensino prático, voltado diretamente ao comércio, à lida. Percebe-se que existe uma diferença no alvo das críticas. Quando escreve sobre o ensino dos doutores, Lima critica o sistema e quem tira vantagens dele, e quando descreve o ensino prático, a crítica recai somente ao sistema, até mesmo porque a própria fundação da “Academia Comercial da Bruzundanga” estava para servir aos interesses dos comerciantes nacionais:

Os economistas tinham mesmo verificado que a exportação de dinheiro que os grandes e pequenos negociantes faziam para os seus países de origem sobrepujava à do café; e, longe de o comércio da nação enriquecê-la, empobrecia-a mais até do que a da venda aos estrangeiros da famosa rubiácea, que constituía a sua riqueza.

Foi então que para sanar tão lastimável estado de coisas, para nacionalizar o comércio, alguns homens de boa vontade tomaram a iniciativa de fundar, em Bosomby, um alto estabelecimento de instrução comercial, nos moldes alemães e americanos, isto é, inteiramente prático.<sup>67</sup>

O ensino teórico, que formava bacharéis, não era pensando para os menos favorecidos economicamente, e isso Lima faz questão de frisar ao longo das crônicas, que a sociedade procura manter o *status quo*. A movimentação para a expansão da educação nos primeiros anos de República, de fato, não foi grande<sup>68</sup>, mas a questão posta por Lima Barreto é para quem o ensino foi destinado e o difícil acesso dos mais pobres ao ensino superior. A própria biografia de Lima nos dá essa dimensão da dificuldade do acesso, uma vez que sua formação escolar foi financiada pelo Visconde de Ouro Preto, mas por dificuldades financeiras precisou abandonar o curso de engenharia na Politécnica.

A descrição que Lima faz destas nobrezas que compõem o cenário da sociedade da República da Bruzundanga nos dá a percepção de uma sociedade ocupada com questões superficiais, que preza pela imagem e despreza o que, segundo Lima, verdadeiramente definiria uma sociedade preocupada com o progresso, atingível através

<sup>66</sup> BARRETO, Lima. “O ensino na Bruzundanga”. *Os Bruzundangas*, p. 64.

<sup>67</sup> BARRETO, Lima. “Ensino prático”. *Idem*, p. 141.

<sup>68</sup> José Murilo de Carvalho, em *Os bestializados*, comenta que a República, em seu primeiro período, pouco fez pela educação, eximindo-se, por exemplo, das responsabilidades de fornecer ensino primário. Cf: CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 45-46.

da cultura. Em *Os Bruzundangas*, a cultura e o valor – ou falta deste – que se dá aos intelectuais é uma questão tão cara a Lima Barreto que está inserida, de uma forma ou de outra, em praticamente todas as crônicas da obra. A desvalorização de intelectualidade nessa sociedade nobre é expressa em vários momentos nas crônicas. Abaixo, as conversas nos salões acabam por girar em torno de interesses pessoais:

Em uma sala, se se ouve a conversa das senhoras (digo senhoras), a preocupação não é outra senão saber se fulano será ministro, para tal ou qual comissão ao marido ou ao filho. Uma outra criticará tal ou qual pessoa poderosa porque não arranjou para o pai uma concessão qualquer. É assim. Uma tão vulgar preocupação pauta toda a vida intelectual da sociedade bruzundanguense, de modo que, nas salas, nos salões, nas festas, o tema geral dos comensais é a política; são as combinações de senatoria, de governança, de províncias e quejandos. A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas.<sup>69</sup>

No trecho acima vemos Lima Barreto nos dizendo qual a verdadeira preocupação da sociedade da Bruzundanga quando discute política: “especulação de cargos e propinas”.

As crônicas que compõem *Os Bruzundangas*, que aqui foram comentadas não em sua totalidade, mas em pequenos fragmentos selecionados para construir uma narrativa historiográfica, mostram aspectos que abrangem o privado e o público da sociedade. O âmbito privado Lima explora quando descreve os salões e as conversas que acontecem neles, dentre elas os arranjos de casamentos sempre baseados em interesses. Mas, o tocante da obra está nas questões públicas, principalmente, políticas. *Os Bruzundangas* também se mostra como a síntese de um olhar sob como o Brasil desprezava seus intelectuais em favor de uma sociedade inculta e preocupada com as aparências. N’*Os Bruzundangas*, é possível perceber “o universo dos pobres e dos subúrbios que se ocultava nos desvãos da capital da ordem e do progresso”<sup>70</sup>.

## 2.2 O que *Os Bruzundangas* tem a dizer sobre o Brasil?

Emília Viotti da Costa nos afirma que “a principal razão da nova orientação dos estudos históricos reside nas próprias transformações que se operaram na sociedade brasileira, contribuindo para a formação de um grupo particularmente interessado em

<sup>69</sup> BARRETO, Lima. “A sociedade”. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922, p. 114-115.

<sup>70</sup> NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*, p. 21

analisar a realidade por novos prismas”<sup>71</sup>. Por esses novos primas podemos, certamente, incluir a literatura. A historiadora ainda explana sobre como a arte, tendo como representante a Semana de Arte Moderna, em 1922, um marco para o novo sentido que queriam dar à arte, o fazer dela uma “(...) manifestação do desejo de fazer da literatura e das artes plásticas uma expressão da nacionalidade”.<sup>72</sup> O ano de 1922, ano da Semana de Arte Moderna, também foi o ano da morte precoce de Lima Barreto, que já dava este sentido para a literatura que produzia. Ainda, por Viotti da Costa:

Não se concebia o intelectual isolado, desligado da realidade, nem se aceitava a prática da arte pela arte. Os escritores condenavam o esteticismo. A palavra de ordem era fazer uma literatura e criar uma arte social, instrumentos de ação partidária e veículos de reformas políticas que pareciam a todos urgentes e necessárias. Essa tendência se evidenciaria de forma mais nítida nos anos 30. Vivia-se num clima revolucionário que forçava as opções políticas e o engajamento do intelectual, estimulando o interesse pelos estudos de história do Brasil. E para conhecer o país era preciso não só analisar o presente, como estudar o passado.<sup>73</sup>

Essa tendência, por ela sinalizada como mais presente nos anos 1930, já era concebida por Lima Barreto anos antes<sup>74</sup>. Pelo comprometimento que Lima Barreto tinha com sua literatura, de fazer dela uma amostra de um país não idealizado, o mais fiel possível à realidade vivida e às percepções que tinha desta, podemos localizar n’*Os Bruzundangas* este novo prisma para agregarmos visões do que foram os primeiros anos de regime republicano no Brasil. De encontro com esta afirmação, Alfredo Bosi considera que “(...) Lima Barreto podia e sabia transcender as próprias frustrações e se encaminhar para uma crítica objetiva das estruturas que definiam a sociedade brasileira do tempo”<sup>75</sup>, e conclui que *Os Bruzundangas* é

[Um]A obra é de amplo espectro. Lá se encontra, por exemplo, a sátira dos costumes literários da belle époque: quem não reconhecerá, na crônica sobre a ‘escola samoieda’, o retrato dos simbolistas europeizantes perdidos atrás da ‘harmonia imitativa’ e forjando poéticas que alternavam o cerebrino e o pueril? Mas há críticas mais fundas. O escritor percebeu a tempo a fragilidade da economia do país posta sobre a exportação de um só produto que se valorizava à custa dos demais e da indústria. E, como fino moralista, Lima Barreto volta-se para as ressonâncias desse estado de coisas na conduta das várias classes: são saborosas as páginas que dedica aos moradores cheios de prosápia da Província do Kaphet; ou ao culto do “doutor” e ao fetichismo das

<sup>71</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 422.

<sup>72</sup> Ibidem, p. 422.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 425.

<sup>74</sup> Um exemplo desta afirmação é o texto de *Literatura militante*, de 1918, publicado no jornal *A.B.C.*, que será melhor abordado no próximo capítulo.

<sup>75</sup> BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970, p. 324.

pedras preciosas que se engastam nos anéis dos diplomados, variando na cor e na forma consoante o prestígio do curso feito; ou ainda, à vaidade dos intelectuais medíocres que, gravitando na esfera do poder, esperavam subir à força de pirotecnias verbais (“Um grande financeiro”).<sup>76</sup>

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. loc. cit.



### 3 Lima Barreto e o A.B.C

Após requerer aposentadoria da Secretaria de Guerra, “julgando-se inválido para o serviço público e contando com mais de 10 anos, nos termos da Constituição e das leis”<sup>1</sup>, em julho de 1918, Lima Barreto foi diagnosticado duas vezes com epilepsia tóxica, nos meses de agosto e novembro do mesmo ano, e assim, consegue ser afastado definitivamente por invalidez em dezembro<sup>2</sup>. Neste período, Lima amplia a colaboração para alguns periódicos, como o *A.B.C* e *Careta*.<sup>3</sup> Além do desejo de ser publicado, a atividade servia também para complemento de renda, já que a aposentadoria não lhe assegurava um valor suficiente para sua sobrevivência.

Fundado no Rio de Janeiro no ano de 1915, por Fernando Borla, um jornalista italiano, o semanário *A.B.C*, foi editado até o ano de 1934 – tendo passado por um intervalo de inatividade entre os anos de 1930 e até 1934, quando reapareceu e encerrou suas atividades.<sup>4</sup> Mesmo não figurando entre os jornais considerados da grande imprensa, chegou a vender 10 mil exemplares logo na primeira edição.<sup>5</sup> Circulou na capital e nas grandes cidades e, durante seu período de atividade, o semanário *A.B.C*. contou com a colaboração de alguns nomes como Astrojildo Pereira, Oliveira Viana, Benjamin Costallat e Jackson Figueiredo<sup>6</sup>, dentre eles estava Lima Barreto, que iniciou a publicação de seus textos no final do ano de 1916, até o ano de 1922<sup>7</sup>, com o texto *O Nosso Esporte*, em 26 de agosto de 1922<sup>8</sup>, poucos meses antes de sua morte, em 1º novembro de 1922.

<sup>1</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, p. 390.

<sup>2</sup> Cf. CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 45. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621>. Acesso em 10/11/2017; e também: BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, p. 390.

<sup>3</sup> Segundo levantamento realizado por Denilson Botelho, Lima Barreto contribuiu com 67 artigos e crônicas junto ao jornal *A.B.C*. entre os anos de 1916 e 1922; 269 artigos/crônicas para o *Careta*, entre 1915 e 1922. Importante ressaltar que os textos d’*Os Bruzundangas* publicados no *A.B.C*. não estão fazendo parte desta conta. Ver anexos 1, 2 e 3 em: BOTELHO, Denilson. *A Pátria que quisera ter era um mito*, p. 213-245.

<sup>4</sup> Para mais informações sobre o período de inatividade do jornal, ver: CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 86. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621>. Acesso em 10/11/2017.

<sup>5</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 364.

<sup>6</sup> CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 86. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621>. Acesso em 10/11/2017.

<sup>7</sup> Ao longo desse período, somente em 1919 Lima interrompeu sua colaboração junto ao *A.B.C*., por este ter publicado um artigo de conteúdo que julgou racista. Após retratação, retomou a colaboração para o semanário. Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017, p. 391.

<sup>8</sup> BOTELHO, Denilson. *A Pátria que quisera ter era um mito*. Curitiba: Editora Prisma: 2017, p. 240.

O *A.B.C.* tratava principalmente de assuntos políticos com toques de humor e sarcasmo, um estilo bem próximo ao de Lima Barreto. Assuntos relacionados a arte e a literatura não deixavam de figurar no jornal, porém, ficavam em segundo plano.<sup>9</sup> Como foi observador no primeiro capítulo, os intelectuais daquele período acreditavam exercer papel fundamental na formação da consciência política dos cidadãos, e o *A.B.C.* mantinha este mesmo espírito:

Os intelectuais que gravitavam em torno do *A.B.C.* acreditavam possuir qualificação para alterar os rumos do país, como o grupo da *Revista do Brasil*<sup>10</sup>. Da mesma forma, ambos os grupos acreditavam que as soluções passavam pela política e pela educação. Assim, o semanário carioca se constituiu em um espaço democrático em que diferentes orientações políticas desfilaram. Sua linha editorial permitia diversas tendências nas páginas do periódico, sem, no entanto, concordar com todas elas.<sup>11</sup>

Devido à proximidade entre os estilos de Lima e do semanário, é possível notar maior liberdade de expressão de Lima em relação não somente a política, mas também a outros fatos cotidianos. Nas palavras de Francisco de Assis Barbosa:

A colaboração no *A.B.C.*, iniciada em 1916, só a morte vai interromper. Tem um caráter menos profissional que a da *Careta*, e é por isso mais interessante. São artigos políticos e literários que constituem, na verdade, o que dá de melhor no Lima Barreto polemista, a par dos que publicou em outros periódicos da época – “revistas e jornais modestos”, nos quais podia escrever com inteira liberdade sobre fatos, homens e coisas do tempo.

Atento a tudo, criticava severamente os costumes brasileiros, políticos e literatos, que se aboletavam nas posições de comando desta nossa República das Bruzundangas.

De tudo, ele tomou conhecimento, e comentou com um jeito muito seu, muito pessoal, de ver as coisas. Era brutal, às vezes. Mas sempre sincero.

Nunca deixou de opinar sobre os acontecimentos mais importantes do seu tempo: a Revolução Russa, a Conferência de Versalhes, a eleição de Epitácio

<sup>9</sup> CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 45 e 86. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621>, p. 85. Acesso em 10/11/2017.

<sup>10</sup> A *Revista do Brasil* foi uma revista paulista, fundada no mesmo período do *A.B.C.*, com o mesmo intuito de “pensar a nação rumo ao progresso”. Lima Barreto foi convidado para ser colaborador de tal revista por seu editor, Monteiro Lobato: “Ao assumir a direção da *Revista do Brasil*, ao mesmo tempo em que iniciava a sua aventura de editor, o escritor paulista pedia a Lima Barreto, em setembro, que enviasse colaboração. A *Revista* de ‘gente interessante’, que escrevesse ‘sem nenhuma dessas preocupaçõeszinhas de *toilette* gramatical que inutiliza metade de nossos autores’. A *Revista*, dizia o autor de *Urupês*, é um ‘ninho de medalhões e perobas’, e o público estava a pedir ‘contos, romances, o diabo, mas à moda de *Policarpo Quaresma*, da *Bruzundanga*, etc.’, e terminava por advertir: ‘A confraria é pobre, mas paga’”. Para mais detalhes. Cf. CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 45 e 86. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621> p. 85. Acesso em 10/11/2017; e BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 264-265.

<sup>11</sup> CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 85. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621>, p. 85. Acesso em 10/11/2017.

Pessoa, as greves operárias, o feminismo, a visita do rei Alberto, a candidatura Artur Bernardes, o futebol, a carestia da vida, as festas do Centenário...<sup>12</sup>.

Não se sabe com exatidão como se deu o acerto entre Lima Barreto e o *A.B.C*, mas a anotação do endereço de Paulo Hasslocher, jornalista que posteriormente assume a direção do semanário, é encontrada no *Diário íntimo*<sup>13</sup> de Lima Barreto, no ano de 1916<sup>14</sup>. Henrique Corrêa, que realizou um estudo sobre Lima Barreto e o semanário *A.B.C*, aponta que provavelmente o primeiro texto publicado no semanário teria sido a crônica *O ideal do Bel-Ami*, em novembro de 1916. Porém, esta informação é impossível de ser comprovada, uma vez que não existem os microfilmes do segundo semestre de 1916 do semanário, que estão sob os cuidados da Fundação Biblioteca Nacional. Pela ausência destes microfilmes, também se torna impossível investigar se houve algum tipo de divulgação das crônicas que seriam publicadas no ano seguinte, *Os Bruzundangas*.<sup>15</sup>

Nos dois primeiros anos de colaboração ao *A.B.C*, o caráter dos textos de Lima foi predominantemente satírico. Em 1918, percebe-se uma variedade de gêneros literários nos 29 textos publicados pelo autor. Esses vinte e nove textos são compostos por sete contos, dezesseis crônicas, cinco críticas literárias e um texto satírico. Em 2 de maio de 1920, no texto intitulado *Limites e protocolo*, Lima Barreto dá a entender que textos de crítica literária não eram exatamente seu objetivo nas publicações, mas não nega a fazê-los:

Temo muito transformar esta minha colaboração no *A.B.C* em crônica literária; mas recebo tantas obras e a minha vida é de tal irregularidade, a ponto de atingir as minhas próprias algibeiras, que, na impossibilidade de acusar logo o recebimento das obras, me vejo na contingência de fazê-lo por este modo, a fim de não parecer inteiramente grosseiro.<sup>16</sup>

Logo após esta observação, Lima prossegue com a crítica do texto do sr. Orris Soares, *Rogério*.<sup>17</sup> Outra crítica sobre a obra de um autor está no texto *O triunfo*, de 28 de setembro de 1918, sobre o livro de mesmo nome, com a autoria de Ranulfo Prata – que

<sup>12</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017, p. 276.

<sup>13</sup> BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 179.

<sup>14</sup> CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 45 e 86. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621>, p. 44. Acesso em 10/11/2017.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 44-49.

<sup>16</sup> BARRETO, Lima. “Limites e protocolos”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 197

<sup>17</sup> “É uma peça revolucionária, inspirada nos acontecimentos da atual revolução russa – o que se denuncia por alusões veladas e claras no decorrer dela. O autor não esconde a sua antipatia pelos revolucionários não só russos, como os de todo o jaez. Isto ele o faz com o pensamento geral da peça, como também nos detalhes, principalmente no cerimonial, nas atitudes governamentais e imperiais que eles tomam quando assumem o mando”. Cf. *Ibidem*, p. 195-199.

futuramente estreitaria laços de amizade com Lima Barreto. Percebe-se no texto de Lima sobre a obra de Prata críticas que são constantes em Lima Barreto. Lima, ao mesmo tempo que incentivou Ranulfo Prata a continuar a escrever, fez também uma sugestão: “Tais são as qualidades do livro, tais são as promessas que ele encerra, que o meu dever de escritor e justiceiro é animar o confrade, pedindo que ele continue, que ele se esforce mais, a fim de tirar da nossa vida brasileira obras de arte dignas da imortalidade dos séculos”<sup>18</sup>. E continua: “Com tantas e superiores qualidades, é de esperar que o sr. Ranulfo Prata venha a ser um grande romancista, a quem aconselho abandonar toda a preocupação de elegâncias para só atender o que é propriamente de sua arte: a alma humana e os costumes”<sup>19</sup>.

Em *Literatura militante*, publicado em 07 de novembro de 1918, Lima Barreto responde ao artigo de Malheiros Dias sobre o novo livro de Anatole France e, a partir da crítica deste artigo, faz uma defesa da militância literária retornando à autores que o influenciaram, como Eça de Queirós, Taine e Brunetière. O texto *O secular problema do Nordeste*, publicado em setembro de 1918, é interessante por contemplar não somente uma crítica – diga-se, positiva: “O sr. deputado Ildefonso Albano mandou-nos a segunda edição, como já mandara a primeira, do seu excelente discurso sobre o secular problema do Nordeste”<sup>20</sup> – do discurso do deputado Ildefonso Albano, que originou o nome do artigo de Lima, mas também por conter as opiniões de nosso autor sobre os problemas da seca do Nordeste. Para Lima, tal problema que deveria interessar a pátria: “Todos nós nos devemos interessar por esse problema e ele interessa todos nós. Se se pode compreender – Pátria – é como um laço moral e esse laço não nos pode permitir que deixemos à míngua, de épocas em épocas, milhares de patrícios a morrer miseravelmente...”<sup>21</sup>. Este artigo é um exemplo da militância pelas letras que Lima acreditava, ao divulgar e exaltar um discurso de apelo político e social<sup>22</sup>.

---

<sup>18</sup> BARRETO, Lima. “O triunfo”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 133.

<sup>19</sup> Ibidem, p. 133-134.

<sup>20</sup> BARRETO, Lima. “O secular problema do Nordeste”. In: RESENDE, Beatriz (org). Idem, p. 138.

<sup>21</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>22</sup> Lima Barreto faz uma citação do discurso de Ildefonso Albano em seu artigo. É possível perceber o caráter emocional do discurso, como no trecho: “Daí para cá se têm sucedido com cruel periodicidade os tétricos fenômenos, que expulsaram do Ceará o primeiro civilizado, depois de lhe arrebataram os inocentes filhinhos, cujos nomes encimam a lista fúnebre das vítimas da seca, lista longa e interminável, que ainda está por encerrar”. Cf. Ibidem, p. 140.

Um dos textos mais icônicos de Lima Barreto publicados no A.B.C, foi *No ajuste de contas*, mais conhecido como o *Manifesto maximalista*<sup>23</sup>, em 11 de maio de 1918. Escrito sob os ânimos da Revolução Russa de 1917, Lima defendeu algumas propostas de mudança de ordem política bastante revolucionárias, como podemos observar no trecho:

A propriedade é social e o indivíduo só pode e deve conservar, para ele, de terras e outros bens, tão-somente aquilo que precisar para manter a sua vida e a de sua família, devendo todos trabalhar da forma que lhes for mais agradável e o menos possível, em benefício comum.

Não é possível compreender que um tipo bronco, egoísta e mau, residente no Flamengo ou em São Clemente, num casarão monstruoso e que não sabe plantar um pé de couve, tenha a propriedade de quarenta ou sessenta fazendas nos estados próximos, muitas das quais ele nem conhece nem as visitou, enquanto, nos lugares em que estão tais latifúndios, há centenas de pessoas que não têm um palmo de terra para fincar quatro paus e erguer um rancho de sapê, cultivando nos fundos uma quadra de aipim e batata-doce.<sup>24</sup>

Selecionar partes interessantes deste texto de Lima Barreto não é uma tarefa fácil, uma vez que do início ao fim, em cada parágrafo, poderíamos estender uma reflexão, porém, o intuito neste momento é apresentar a variedade de assunto tratados por Lima Barreto e como o mesmo não se privava de se posicionar politicamente.

Retornando aos *Bruzundangas*, sabe-se que as crônicas foram publicadas entre janeiro de 1917 e setembro de 1919<sup>25</sup>. Pelo longo período de publicação das crônicas e pela linguagem informal do semanário, possivelmente os textos tiveram um alcance significativo e caíram no gosto do público. Mesmo ainda publicando frequentemente a série *Os Bruzundangas*, vende os originais para o editor Jacinto Ribeiro dos Santos pela miséria de 70 mil-reais<sup>26</sup>, enquanto estava recluso no Hospital Central do Exército, em julho de 1917. A obra, em formato de livro, só será publicada em dezembro de 1922, curiosamente um mês após a morte de Lima Barreto.<sup>27</sup>

<sup>23</sup> Cf. nota 36 do capítulo I.

<sup>24</sup> BARRETO, Lima. “No ajuste de contas”. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Lima Barreto: Antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2012, p. 55. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/LimaBarretojan.pdf> Acesso em 28/04/2018

<sup>25</sup> Levantamento realizado diretamente nos periódicos por Arthur Baltazar Souza Costa, durante pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC/Unifesp) relativa ao projeto “Imprensa e literatura na Primeira República: Lima Barreto e a ‘indústria do jornal’ nas páginas do A.B.C e Hoje”, sob orientação de Denilson Botelho, em 2016-2017.

<sup>26</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 378.

<sup>27</sup> BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, p. 390. Possivelmente o editor tentou aproveitar-se do fato do nome de Lima Barreto ter entrado em evidência por conta de seu falecimento para vender uma obra inédita em livro.

### 3.1 O papel da literatura para Lima Barreto

Para melhor compreendermos como a literatura poderia ter uma função política na concepção de Lima Barreto, um caminho possível é observar em seus próprios escritos o modo como definia essa arte.

Um ano antes de seu falecimento, entre os meses de outubro e novembro de 1921, Lima Barreto passou uma temporada em Mirassol, interior de São Paulo, a convite do médico e pretense literato Ranulfo Prata, por quem Lima tinha bastante simpatia e acreditava que teria um futuro promissor no meio literário. O médico tinha a intensão de ajudar na recuperação da saúde de Lima Barreto, que devido ao uso e abuso do álcool, estava bastante fragilizada. Lima foi convidado a fazer uma conferência literária na cidade vizinha de São José do Rio Preto. Encabulado com o convite por não se considerar um bom palestrante - “o discurso nunca foi o meu forte e desde cedo me convenci disso”<sup>28</sup> -, Lima Barreto não chegou a se apresentar. No dia da tal conferência, provavelmente devido a timidez e ao nervosismo, saiu das vistas do Dr. Prata, sendo encontrado por ele e outros amigos mais tarde, já bêbado e sem condições de qualquer apresentação<sup>29</sup>. Mas antes do dia da apresentação, já havia deixado pronto o texto que iria apresentar, *O destino da Literatura*, que acabou sendo publicado na *Revista Souza Cruz*<sup>30</sup>, no mesmo ano. Enfaticamente, declara o autor, no início de sua exposição, que “o fenômeno artístico é um fenômeno social e o da Arte é social para não dizer sociológico”<sup>31</sup>. A partir daí explana uma defesa pelo apelo social que a arte deveria imprimir e explora a questão da beleza na literatura. A beleza, para Taine, com quem Lima concordava, “é a manifestação, por meio dos elementos artísticos e literários, do caráter essencial de uma ideia mais completamente do que ela se acha expressa nos fatos reais”<sup>32</sup>. Nesse sentido, a beleza na literatura está na natureza de seu conteúdo e não em sua forma:

Sendo assim, a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocabular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano,

<sup>28</sup> BARRETO, Lima. “O destino da literatura”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p.267.

<sup>29</sup> OAKLEY, R. J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 3-4.

<sup>30</sup> Em *Impressões de Leitura* consta que o texto *O destino da literatura* foi publicado entre os meses de outubro e novembro de 1921. Cf. BARRETO, Lima. “O destino da literatura”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 282.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 270.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 271.

que fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida.<sup>33</sup>

Lima Barreto, que era conhecido também pelos textos com linguagem pouco rebuscada, demonstrava pouca preocupação com a gramática e a estética de seus escritos. Na definição de Nicolau Sevcenko, a linguagem de Lima Barreto:

(...) se apresenta comum, transparente, descuidada, de comunicação imediata, de feição jornalística, anti-retórica, despida de efeitos, expurgada de clichês e chavões, anti-rebarbativa, fluente, homogênea, com pequena variação sociolinguística, utilizando a paródia e a prosopopeia, reveladora, direta, pouco metafórica, pouco imagística e altamente concreta. Dessa forma, ela chega a constituir uma unidade de grande coerência e uniformidade, em que a fusão de estilos tende para a própria eliminação da ideia de estilo.<sup>34</sup>

Podemos considerar, diante das próprias colocações de Lima Barreto referentes a estética, que o uso da linguagem coloquial tinha o propósito de romper com a arte descompromissada socialmente. A literatura socialmente comprometida deveria diferir da arte “plástica e contemplativa” em forma (linguagem) e conteúdo.

A literatura deveria acompanhar o desenvolvimento da sociedade. Desta forma, era esperado, então, que abandonasse o senso puramente estético para abarcar as dores, os conflitos, as tensões sociais. A literatura, para Lima Barreto, ganha um status de divindade, quando diz que seu destino é “(...) tornar sensível, assimilável, vulgar esse grande ideal de poucos a todos, para que ela cumpra ainda uma vez a sua missão quase divina”<sup>35</sup>, atribuindo a ela a capacidade de unir e conectar os homens:

(...) a arte literária se apresenta com um verdadeiro poder de contágio que a faz facilmente passar de um simples capricho individual para o traço de união, em força de ligação entre os homens, sendo capaz, portanto, de concorrer para o estabelecimento de uma harmonia entre eles, orientada para um ideal imenso em que se soldem as almas, aparentemente mais diferentes, reveladas, porém, por ela, como semelhantes no sofrimento da imensa dor de serem humanos.<sup>36</sup>

A arte deveria deixar de exprimir prazeres individuais, que só dizem algo a quem escreveu, restando para o leitor a contemplação da beleza de uma boa escrita, para exercer o papel de ligação entre os homens pelas questões maiores que os unem.

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 272.

<sup>34</sup> SEVCENKO, Nicolau. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”, In: *Revista de Cultura Vozes*, n. 9, p. 66-69, nov. 1980, p. 199.

<sup>35</sup> BARRETO, Lima. “O destino da literatura”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 280.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 275.

Retomemos ao texto *Literatura militante*. Lima Barreto responde a um artigo d’*O País*, assinado por Carlos M. Dias, *À margem do último livro de Anatole France*<sup>37</sup>. Neste artigo, Dias ressalta na obra de France a estética e o bom gosto literário das elites que o consumiam. Incomodado com os apontamentos de Dias, por acreditar que este esvaziava o conteúdo reflexivo da prosa de Anatole France, que Lima Barreto bem conhecia por ter em sua limana<sup>38</sup> exemplares do autor<sup>39</sup>, o responde da seguinte forma:

Pelo que aí diz sr. Malheiro Dias não sei porque despreza os aprendizes literatos, militantes honorários.

Como eu sempre falei em literatura militante, se bem me julgando aprendiz, mas não honorário, pois já tenho publicado livros, tomei o pão na unha.

A começar por Anatole France, a grande literatura tem sido militante.

Não sei como o Senhor Malheiro Dias poderá classificar a *Ilha dos Pinguins*, os *Bergerets*, e mais alguns livros do grande mestre francês, senão dessa maneira.

Eles nada têm de contemplativos, de plásticos, de incolores. Todas, ou quase todas as suas obras, se não visam a propaganda de um credo social, têm por mira um escopo sociológico. Militam.

Isto em geral dentro daquele preceito de Guyau que achava na obra de arte o destino de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens.

Eu chamo e tenho chamado de militantes às obras de arte que têm semelhante escopo<sup>40</sup>.

---

<sup>37</sup> O trecho do artigo que Lima Barreto contesta e transcreve é o seguinte: “A aura gloriosa e nos nossos tempos incomparável de Anatole France servirá grandemente aos historiadores futuros para comporem uma opinião judiciosa sobre o bom gosto das elites sociais nossas contemporâneas; digo “sociais”, porque seria prova de inépcia imaginar que a centenas de milhares de volumes das suas obras foram exclusivamente adquiridas pelos literatos aprendizes, militantes e honorários”. Ver: BARRETO, Lima. “Literatura militante”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 129.

<sup>38</sup> Nome pelo qual Lima Barreto referia-se a sua biblioteca particular.

<sup>39</sup> No levantamento realizado por Francisco de Assis Barbosa, das obras que constituem a biblioteca limana, há exemplares das obras de Anatole France. São elas: *Le Lys Rouge*, *Au Petit Bonheur* e *Pierre Nozière*. Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017, p. 353-383.

<sup>40</sup> BARRETO, Lima. “Literatura militante”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 129.



Nesta resposta, Lima Barreto exprime o que para ele vem a ser uma literatura militante e qual a proposta desta: despertar e conectar os membros de uma sociedade a fim de que se possa examinar as angústias de seu tempo<sup>41</sup>.

Essa concepção de função social que a literatura deve ter não é uma ideia original do autor. Segundo Lima, o primeiro contato com o termo “militante” foi por meio de Eça de Queiroz, por quem não cessa em proclamar sua admiração<sup>42</sup>. Em um ensaio em que Eça compara as diferenças entre as literaturas produzidas na França e em Portugal, Eça, segundo Lima, percebeu:

(...) que desde muito as letras francesas se ocuparam com o debate das questões da época, enquanto as portuguesas limitavam-se às preocupações da forma, dos casos sentimentais e amorosos e da idealização da natureza. Aquelas eram militantes; enquanto estas eram contemplativas e de paixão<sup>43</sup>.

Enquanto a literatura francesa estava atenta aos acontecimentos e os explorava, como por exemplo, o próprio romance de Anatole France, *A ilha dos pinguins*, que desencadeou o artigo resposta de Lima Barreto, Portugal detinha-se à superficialidade temática, em que a preocupação estética se sobrepunha ao teor da própria obra, conforme deixou a entender Eça de Queiroz.

Mesmo influenciado por Eça de Queiroz e outros autores como Jean-Marie Guyau, Hippolyte Taine e Brunetière, Lima consegue distinguir as diferentes realidades sociais destes autores do velho mundo da realidade brasileira.

A velha terra lusa tem um grande passado. Nós não temos nenhum; só temos futuro. E é dele que a nossa literatura deve tratar, de maneira literária. Nós nos precisamos ligar; precisamos nos compreender uns aos outros; precisamos dizer as qualidades que cada um de nós tem, para bem suportarmos o fardo da vida e dos nossos destinos. Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, porque moram em Botafogo ou Laranjeiras, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós.<sup>44</sup>

O presente revela uma sociedade sem tradição histórica, miscigenada, que precisa construir seu futuro, mas só conseguirá construí-lo a partir do momento que se reconhecer como tal. Caberia à militância literária brasileira assumir o compromisso de propagar a realidade da sociedade.

<sup>41</sup> BARRETO, Lima. “Literatura e Política”. In: RESENDE, Beatriz (org). Idem, p. 136.

<sup>42</sup> “O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração”, Cf. BARRETO, Lima. “Literatura militante”. In: RESENDE, Beatriz (org). Idem, p. 130.

<sup>43</sup> Ibidem, loc. cit.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 129-130.

A crítica à superficialidade temática ocultada por belas composições de frases, pode ser exemplificada em outro artigo que Lima Barreto escreveu para o jornal *A Lanterna*<sup>45</sup>, em que censura Coelho Neto<sup>46</sup>, seu desafeto literário<sup>47</sup>:

O sr. Coelho Neto, que surgiu para as letras nas últimas décadas do século XIX, não se impressionou com as mais absorventes preocupações contemporâneas que lhe estavam tão próximas.

As cogitações políticas, religiosas, sociais, morais, do seu século ficaram-lhe inteiramente estranhas. Em tais anos, cujo máximo problema mental, problema que interessava todas as inteligências de quaisquer naturezas que fossem, era uma reforma social e moral, o sr. Neto não se deteve jamais em examinar esta trágica angústia do seu tempo, não deu para o estudo das soluções apresentadas um pouco do seu grande talento, nem mesmo tratou de conhecer o positivismo que lhe podia abrir grandes horizontes.<sup>48</sup>

Neste trecho acima citado, Lima elogia a capacidade de escrita de Coelho Neto, mas aponta como esta é desperdiçada pelas banalidades que opta por escrever.

Em um século de crítica social, de renovação latente, das bases de nossas instituições; em um século que levou a sua análise até os fundamentos da geometria, que viu pouco a pouco desmontar-se o mecanismo do Estado, da Legislação, da Pátria, para chegar aos seus elementos primordiais de superstições grosseiras e coações sem justificações nos dias de hoje; em um

<sup>45</sup> Publicado em 18/01/1918.

<sup>46</sup> Coelho Netto (1864-1934), foi um importante escritor brasileiro que durante sua vida obteve considerável notoriedade, chegando a ser membro da Academia Brasileira de Letras. Apesar de ser um autor prolixo e bastante prestigiado enquanto viveu, chegando a ser considerado como “padrão para a literatura brasileira” por Getúlio Vargas, hoje pouco se conhece sobre sua obra. É certo que “ficara para a posteridade somente a marca de um autor imaginativo e rebuscado, um passadista apegado às tradições estéticas do velho continente”. Para corrigir essa visão reducionista de Coelho Netto e trazer à luz a complexidade do autor tanto em sua atuação como literato como também sua forte presença na sociedade, está o recente trabalho de Leonardo Affonso de Miranda Pereira, “Coelho Netto, um antigo modernista”. Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Coelho Netto: um antigo modernista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

<sup>47</sup> A constante comparação entre Lima Barreto e Coelho Neto é encontrada em alguns textos. A motivação das comparações entre os autores se deve pela contemporaneidade entre ambos, as diferenças estilísticas e as diversas citações de um para outro, como nos exemplos acima. Amostra desta comparação está no volume IV da coleção *A literatura no Brasil*, em que trata da Era realista e Era de transição. Os dois autores são colocados no mesmo capítulo “39. Lima Barreto e Coelho Neto”, e cada escritor é tratado por um autor diferente. Nesse texto, o autor Eugenio Gomes deixa explícito que Lima Barreto usava de sua vida pessoal para escrever, como se seus temas fossem motivados apenas de um vitimismo. Pouco elogioso, procura apontar a falta de forma dos textos em detrimento da revolução, “Conflito entre a estética e a revolução”, “sentimento de inferioridade racial e social”. “A linha do idealismo em Lima Barreto descreveu muitas curvas, tornando-se por vezes ziguezagueante, segundo os caprichos de seu espírito, o que reflete não só o que havia de negligente na sua personalidade como a ausência de uma formação filosófica sistematizada”. Por outro lado, Otávio de Faria, que escreve sobre Coelho Neto é mais elogioso na avaliação que faz da trajetória do escritor e suas obras. Ao contrário das impressões que Lima tinha de Coelho Neto, Otávio de Faria diz que Neto teve como tema as questões do Brasil: “Dotado de extraordinária imaginação e de grande força criadora, naturalmente eloquente e podendo servir-se, ao correr da pena, de uma inexcedível vocabulário (calculado mais ou menos em vinte mil palavras, Coelho Neto pode ser considerado, no domínio da prosa, um escritor dos mais completos, devendo seus romances e crônicas, contos e críticas, e mesmo suas peças de teatro, ser colocado entre os melhores dos nossos autores”. Cf. GOMES, Eugenio; FARIA, Otávio de. “Lima Barreto – Coelho Neto”. In COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2004, p. 218-233.

<sup>48</sup> BARRETO, Lima. “Literatura e Política”. In RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 135-136.

século deste, o sr. Coelho Neto ficou sendo unicamente um plástico, um contemplativo, magnetizado pelo Flaubert da *Mme. Bovary*, com as suas chinesices de estilo, querendo como os Goncourts, pintar com a palavra escrita, e sempre fascinado por uma Grécia que talvez não seja a que existiu mas, mesmo que fosse, só nos deve interessar arqueologicamente. O mundo é hoje mais rico e mais complexo...<sup>49</sup>.

Fica claro no trecho acima como Lima Barreto reclamava a urgência presente na literatura, que deveria suscitar a reflexão e o debate das questões sociais que estavam postas no momento. Lima tinha consciência das profundas transformações políticas que estava presenciando e não achava que a literatura devesse ignorá-las, servindo apenas como uma abstração escapista ou fantasiosa para quem escrevia e lia. Em uma carta<sup>50</sup> direcionada à Albertina Bertha<sup>51</sup>, Lima Barreto dá seu parecer ao romance de estreia da escritora, *Exaltação*<sup>52</sup>. Temos nesta carta um rigoroso apontamento de Lima seguido, assim como à Coelho Neto, de elogio ao talento da escritora:

(...) tentarei dizer em síntese o que penso do seu romance. Ele é belo em linguagem, é mesmo sobrecarregado de beleza no que toca em efeitos verbais. Toda a vez que a senhora trata da natureza, no esplendor da natureza que nos cerca, mesmo na penteadinha dos jardins, eu encontro nas suas páginas uma grande correlação entre o objeto e a representação; mas (sem crítica) julgo que essa exuberância afoga a análise dos sentimentos quando se trata de explicá-los da mesma forma e dá não sei o que de artificial aos seus diálogos.

(...)

O seu livro é bem um poema em prosa, e um poema de mulher, de senhora, pouco conhecedora da vida total, dos altos e baixos dela, da variedade de suas dores e das suas injustiças. Vivendo à parte, em um mundo muito restrito, a senhora, muito naturalmente, não podia conhecer senão uma espécie de dor, a dor de amar; e, dessa mesma, a senhora faz dela uma *Exaltação*.

Nada tenho a condenar o limite do direito de amar que a senhora defende. Se há quem tenha a respeito teorias mais radicais sou eu; mas, minha senhora, a literatura é um perpétuo sacerdócio, diz Carlyle, e desde que li isso, eu não me sento na minha modesta mesa para escrever sem que pense não só em mim, mas também nos outros. O que há de pessoal nos meus pobres livros (vou adiante na objeção) interessa a muita gente e isso, penso eu, me desculpa.

<sup>49</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>50</sup> Carta datada em 31/12/1916.

<sup>51</sup> Lima Barreto tinha suas restrições à Albertina Berta (1880-1953), por razões que vão além da literatura, como por exemplo, o feminismo que despontava no período e contra o qual Lima viria a fazer várias críticas. Albertina, advinda de uma classe abastada – era filha do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira e recebeu educação alemã, era também “Colaboradora de vários jornais da capital, Albertina, feminista declarada, defendia o voto das mulheres e a criação da Academia Feminina de Letras. Escreveu diversos ensaios sobre religião, política, filosofia e história, e em *Exaltação*, seu romance de estreia, criou uma heroína que ousava se libertar dos preconceitos da época”. Cf. SCHWARCZ, Lília. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 356-358.

<sup>52</sup> Romance publicado em folhetim em 1916 no Jornal do Comércio. Lima já havia lido o romance, mas o releu após a escritora lhe enviar um exemplar. Cf. BARRETO, Lima. “Carta de Lima a Albertina Berta”. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p.113.

Com tão belos dotes de estilo, com tanto vigor de imagens, com língua tão quente e tão firme, com tanta beleza verbal, eu espero ver desdobrar-se a vitoriosa autora de *Exaltação* em uma George Sand ou em uma George Eliot, nesta principalmente.<sup>53</sup>

O mesmo “capricho individual” que Lima posteriormente escreve em 1921, em *O destino da literatura*, está presente nesta crítica ao romance de Albertina Bertha. Lima Barreto via que os problemas íntimos só faziam sentido serem expostos na literatura se estes fossem provocados por questões sociais. Quando diz que “o que há de pessoal em meus livros (...) interessa a muita gente”, Lima refere-se aos problemas que sentia enfrentar por sua origem, calcados pela própria estrutura da sociedade, como o racismo e sua classe social, e que estas questões não eram de sua exclusividade, mas de muitos.

As escolhas temáticas de Lima Barreto convergiam diretamente com os problemas que a Primeira República cristalizou. Sevcenko elenca os principais temas presentes nas obras de Lima, como as mazelas do regime republicano – que calcificou a corrupção política e econômica do país –; a imprensa tendenciosa que fazia falsas propagandas do governo; o cientificismo que propagava as teorias raciais de inferioridade de negros e mestiços e que encontrou sociedade burguesa aceitação interesseira; o cosmopolitismo ou, em outras palavras, o bovarismo, que diminuía a cultura local em detrimento das influências europeias; e o bacharelismo ou a busca incessante por títulos, que demonstrava a superficialidade da nova sociedade burguesa.<sup>54</sup> Foi com um verdadeiro ataque, ora sarcástico, ora direto, mas sempre pelas letras, que Lima participou ativamente da vida política e social durante o tempo em que viveu, fazendo da literatura o seu instrumento de manifestação.

A literatura é uma forma de atuar nesse momento histórico, de participar e se inserir nos embates do seu tempo. Seja para fazer sorrir a parte da sociedade que tem condições de fazê-lo, seja como missão, como instrumento de intervenção e possíveis transformações.<sup>55</sup>

Complementando essa observação de Botelho, podemos afirmar que em comum essas formas de se fazer literatura como “sorriso de sociedade” ou como “instrumento de intervenção”, encontramos as impressões da vida pelos olhos de seus autores. E, para além disso, são fontes documentais que servem como testemunhos de um período.

---

<sup>53</sup> Ibidem, p. 113-114.

<sup>54</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 201-222.

<sup>55</sup> BOTELHO, Denilson. “Um encontro inusitado: história e literatura nas páginas do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro da Primeira República”. In *Revista Hydra*, vol. 2, n. 3, junho de 2017, p. 29.

Além de fornecerem, cada uma a seu modo, uma forma de entender e representar a vida, a literatura, como fonte para o historiador, revela testemunhos e maneiras de atuação dos literatos na vida social e política de uma época. Assim como nas fontes tradicionais, cabe ao pesquisador investigar o processo em que se deu um acontecimento, usando a literatura como fonte o procedimento não se faz tão diferente, pois cabe ao estudioso examinar “suas condições de possibilidade”.<sup>56</sup>

### 3.2 A literatura como documento para o historiador

Nas últimas décadas o uso da literatura como fonte vem ganhando espaço significativo na historiografia. Podemos atribuir este crescente interesse ao tratamento que Nicolau Sevcenko deu à literatura em sua pesquisa de doutorado, que resultou na publicação de *Literatura como missão*, na década de 80. Em sua obra Sevcenko faz uma extensa análise das tensões da Primeira República, no Rio de Janeiro, a Capital Federal, e o fervilhar da intelectualidade, mais especificamente por meio da produção literária de dois expoentes, Euclides da Cunha e Lima Barreto. Para Sevcenko, a literatura como fonte

(...) constitui possivelmente a porção mais dúctil, o limite mais extremo do discurso, o espaço onde ele se expõe por inteiro, visando reproduzir-se, mas expondo-o igualmente à infiltração corrosiva da dúvida e da perplexidade. É por onde o desafiam também os inconformados e os mal-ajustados. Essa é a razão por que ela aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças dos níveis de tensão existentes no seio de determinada estrutura social.<sup>57</sup>

Nomeando a literatura como fonte, Sevcenko aponta para o que ela pode fornecer ao historiador o que escapa dos documentos oficiais, que é a “expectativa do vir-a-ser”<sup>58</sup> que a arte imprime. Esse acesso aos anseios de um indivíduo que por sua vez pertence a um grupo social, fornece uma visão privilegiada ao historiador na busca do entendimento do passado considerando os contrastes sociais que a arte revela.

Este campo no Brasil é relativamente novo, ainda mais no âmbito da História Social, visto que a literatura como meio valioso de se analisar a sociedade já estava no centro do debate décadas atrás por autores, como podemos observar em Raymond Williams e E.P Thompson, referenciais teóricos da literatura como documento para a História Social.

---

<sup>56</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>57</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*, p. 28.

<sup>58</sup> Ibidem, p. 29.

Na década de 90 as pesquisas que viabilizam o diálogo entre História e Literatura sofrem um aumento significativo. Pode-se atribuir parte dessa expansão de pesquisas que resultaram em uma quantidade considerável de artigos e coletâneas, à criação de um Centro de Pesquisa em História Social da Cultura da Universidade de Campinas, o CECULT. Deste Centro, pesquisadores da área das humanidades, em maior número, historiadores<sup>59</sup>, dedicam-se a “explorar os temas da história da cultura a partir das questões colocadas pela história social”<sup>60</sup>, incluindo a literatura como uma dessas formas de expressão cultural.<sup>61</sup>

Isto evidencia, no contexto atual, uma alternativa à abordagem pós-moderna que visa equiparar história à literatura sob a justificativa de que ambas são discursos construídos pela imaginação. Ou seja, o processo de escrita da história, por ser carregado de pressupostos relativistas, não teria, necessariamente, compromisso com a verdade. Deste modo, o ofício do historiador cai em descrédito quando se acredita que sua prática se assemelha com a prática de um literato, negando “a racionalidade na produção do conhecimento histórico”<sup>62</sup>. De fato, existe uma aproximação entre literatura e História que deve ser observada, porém, sem que isso comprometa a análise específica que cabe a cada uma delas, como bem observa Todorov:

Como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos. A realidade que a literatura aspira compreender é, simplesmente (mas, ao mesmo tempo, nada é assim tão complexo), a experiência humana. Nesse sentido, podemos dizer que Dante ou Cervantes nos ensinam tanto sobre a condição humana quanto os maiores sociólogos e psicólogos e que não há incompatibilidade entre o primeiro saber e o segundo. Tal é o “gênero comum” da literatura; mas ela tem também “diferenças específicas.”<sup>63</sup>

---

<sup>59</sup> Dentre eles, Sidney Chalhoub, que se debruçou sobre a obra de Machado de Assis para, a partir da visão do escritor, compreender as mudanças sociais do século XIX. Cf: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Outras obras com a abordagem da literatura e história social foram publicadas por Chalhoub, em conjunto com Leonardo Affonso de Miranda Pereira, são elas: *A História contada. Capítulos da história social da literatura no Brasil* e *A História contada. Capítulos da história social da literatura no Brasil*. Cf: CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História contada. Capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; e, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda; NEVES, Margarida de Souza; CHALHOUB, Sidney (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

<sup>60</sup> Cf. <https://www.cecult.ifch.unicamp.br/cecult> Acesso em 30/10/2017

<sup>61</sup> BOTELHO, Denilson. “Um encontro inusitado: história e literatura nas páginas do *Jornal do Commercio do Rio de Janeiro da Primeira República*”. Revista Hydra, vol. 2, n. 3, junho de 2017, p. 21

<sup>62</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>63</sup> TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em Perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010, p. 77.

As “diferenças específicas”, segundo Todorov, estão relacionadas com as distintas propostas dos textos e o processo decorrente após sua publicação. Enquanto que o texto ficcional permite que haja “múltiplas interpretações”<sup>64</sup>, deixando aberto para que o leitor absorva à sua maneira o conteúdo da obra, sem se preocupar em impor conceitos, o texto científico passa, logo em seguida, por um processo de “verificação, pois será refutado ou (provisoriamente) confirmado”<sup>65</sup>.

Não precisamos esperar por séculos e interrogar leitores de todos os países para saber se o autor diz ou não a verdade. Os argumentos relacionados logo suscitam contra-argumentos: inicia-se um debate racional em lugar de se ceder à admiração e ao devaneio. O leitor do texto científico se arrisca menos a confundir sedução e exatidão.<sup>66</sup>

Como bem aponta Todorov, existem diferenças básicas, porém cruciais, entre textos literários e científicos, por mais que se tente afirmar o contrário.

A análise de uma obra literária por um historiador, sobretudo de orientação materialista, visa compreender a relação entre as condições de produção do texto e as percepções da sociedade na qual os escritores estavam inseridos. A busca pelo entendimento de uma obra literária visa, acima de tudo, entender como esse objeto produzido é consequência da vida social e política de quem a produziu. Assim, faz-se necessário retirar o status de gênio criador que cria através de uma intuição que se torna impossível ser analisada, visto que essa criação é misteriosa, e passa-se a compreender como o ser criativo é fruto do ser social.

As obras literárias não são misteriosamente inspiradas, nem explicáveis simplesmente em termos da psicologia dos autores. Elas são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a “mentalidade social” ou ideologia e uma época. Essa ideologia, por sua vez, é produto das relações sociais concretas das quais os homens participam em um tempo e espaço específicos; é o modo como essas relações de classe são experienciadas, legitimadas e perpetuadas. Além disso os homens não são livres para escolher suas relações sociais, eles são restringidos a elas pela necessidade material – pela natureza e pelo estágio de desenvolvimento do seu modo de produção econômico.<sup>67</sup>

Neste sentido, quando se escolhe uma obra literária como fonte documental, busca-se compreender a complexidade que cerca sua produção. A literatura como mera

---

<sup>64</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>65</sup> Ibidem, p. 79.

<sup>66</sup> Ibidem, p. loc. cit.

<sup>67</sup> EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 19.

representação ou reflexo, ou como uma manifestação metafísica, quando analisada sob este viés, é esvaziada de significados tangíveis que a abordagem materialista busca explicar. Mas também não se deve excluir os fatores subjetivos envolvidos numa produção artística em detrimento de uma análise puramente determinante<sup>68</sup>, como se o agente produtor de uma obra não tivesse autonomia em suas escolhas. Se pensarmos desta forma, basta investigar a biografia do escritor as respostas para as perguntas que sua literatura suscita, desconsiderando as nuances e as contradições que são próprias do indivíduo e do meio social em que está inserido. Antonio Candido contribuiu para essa perspectiva quando afirmou que “(...) e é certo, como já sabemos, que forças sociais condicionantes guiam o artista em grau maior ou menor. Em primeiro lugar, determinando a ocasião da obra ser produzida; em segundo, julgando da necessidade dela ser produzida; em terceiro, se vai ou não se tornar um bem coletivo”<sup>69</sup>. Ou seja, em todas as ocasiões apresentadas, “(...) a obra é fruto da iniciativa individual ou de condições sociais, quando na verdade ela surge na confluência de ambas, indissoluvelmente ligadas”<sup>70</sup>.

A proposta, então, é analisar a literatura como uma produção social que abarca tanto as questões objetivas quanto subjetivas, como sugere Raymond Williams:

(...) quais são as relações entre arte e sociedade, ou entre literatura e sociedade? – à luz da discussão anterior, temos de dizer, em primeiro lugar, que não há relações entre literatura e sociedade dessa forma abstrata. A literatura apresenta-se, desde o início, como uma prática na sociedade. De fato, até que ela e todas as outras práticas estejam presentes, a sociedade não pode ser vista como completamente formada. A sociedade não está totalmente disponível para análise até que cada uma das suas práticas esteja incluída. Mas ao adotarmos essa ênfase, devemos adotar uma outra correspondente: que não podemos separar a literatura e a arte de outros tipos de prática social de modo a torna-las sujeitas a leis muito especiais ou distintas. Elas podem ter características bastante específicas como práticas, mas não podem ser separadas do processo social geral.<sup>71</sup>

---

<sup>68</sup> “Determinante”, no sentido em que coloco na frase é de “fixar limites” e não de “exercer pressões”. Segundo Williams, “Há claramente uma diferença entre um processo de fixar limites e exercer pressões, seja por uma força externa ou por leis internas de um desenvolvimento particular, e aquele outro processo em que um conteúdo subsequente é essencialmente prefigurado, previsto e controlado por uma força externa preexistente. Contudo, é justo dizer que, olhando para muitas aplicações da análise cultural marxista, é o segundo sentido – a noção de prefiguração, previsão ou controle – que muitas vezes tem sido utilizado, explícita ou implicitamente”. Para mais detalhes do conceito de “determinante”, Cf. WILLIAM, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 43-44.

<sup>69</sup> SOUZA, Antonio Candido Mello e Souza. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000, p. 23

<sup>70</sup> Ibidem, 23-24. Em “A posição do artista”, Antonio Candido explana sobre a relação entre artista e arte, em diferentes contextos/períodos históricos, evidenciando como a relação entre iniciativa individual e condições sociais, são variáveis. Cf. Ibidem, p. 22-27.

<sup>71</sup> WILLIAM, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 61.



Juntamente com a análise da produção do conteúdo, o que não deve ser ignorado na literatura é a sua própria condição de produto. Para ser produzida, despende-se de tempo e mão-de-obra. As condições econômicas também têm impacto direto na produção da escrita, como no caso do próprio Lima Barreto. Sua carreira foi pautada pelas circunstâncias econômicas em que esteve condicionado. Como pudemos observar em sua biografia aqui brevemente exposta, jamais pôde viver apenas das letras, dividindo seu tempo entre o ofício de amanuense da Secretaria de Guerra com a carreira de literato. Depois de aposentado, escrevia para complementar sua renda. O impacto das condições econômicas, neste sentido, não apenas influenciou o conteúdo das obras de Lima Barreto, mas delimitou sua produção em termos de quantidade, frequência de escrita e distribuição, vide o caso de sua primeira publicação *Recordações do escrívão Isaías Caminha*, em que teve que arcar com as despesas abrindo mão de qualquer lucro para poder ser publicado. A literatura, neste ponto de vista, é entendida como mercadoria, pois é um ofício que gera renda para quem a produz e lucro para quem a publica – o lucro, como vimos, para Lima Barreto, não ocorreu. A literatura, neste quesito econômico, mais uma vez se mostra como parte do processo<sup>72</sup> da produção social. Portanto, cabe ao historiador, ao tomar a literatura como objeto de estudo, analisá-la como uma prática social.

---

<sup>72</sup> Utilizo o termo “processo” no sentido explicado em Williams: “(...) devemos dizer que quando falamos de ‘base’, estamos falando de um processo, e não de um estado. (...) E, fundamentalmente, temos de reavaliar ‘a base’, afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades que contêm contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico”. Cf. *Ibidem*, p. 45

## Conclusão

Concordando com Lilia Schwarcz quando esta diz que “toda conclusão carrega consigo um ar de confissão”<sup>1</sup>, chego neste momento do trabalho com a tentativa de sintetizar as motivações que me levaram a escolher este tema e concluir o que espero ter passado ao longo deste texto. Os últimos acontecimentos sociais e políticos que nosso país atravessa, em que a República – forma de governo voltada para a coisa pública, como o nome mesmo sugere, e para o bem coletivo –, vem enfrentando momentos de grande fragilidade e sendo até mesmo questionada enquanto regime. No senso comum, hoje relacionamos diretamente a República com a democracia, e, quando esta última se encontra ameaçada por jogadas políticas que não passam pela mão direta do povo, vemos nos distanciando da República democrática idealizada. E foi através da observação e dos questionamentos da atualidade que me motivei a olhar para o passado para compreender melhor como surgimos enquanto país republicano. No entanto, não queria fazer isso através somente da vasta historiografia que temos a respeito, e, por entender a literatura como uma prática social que pode ir além do texto pelo texto, optei por fazer esse retorno através da perspectiva de um literato atuante, Lima Barreto.

A figura do próprio Lima Barreto, por si só, é carregada de significados desde sua origem familiar, sua trajetória acadêmica e profissional e, principalmente, sua militância. Deparar-me com sua biografia me proporcionou um grande encantamento e por vezes o desapontamento, o que considero de grande valia, uma vez que nos permite ver um homem de importância histórica como um homem comum, com suas contradições, e, assim, podermos analisar o que se pretende sem comprometermos a qualidade da pesquisa. Mas o que não pode ser negado a Lima Barreto foi seu engajamento por um bem comum, sem nenhum tipo de compromisso panfletário. Lima atuou pelas letras de acordo com os princípios que julgava ser o melhor para seu povo. Avançava no radicalismo político à medida que via a idealização republicana ir mais na contramão do que se propunha. *Os Bruzundangas*, como já dito, escrito em seus últimos anos de vida, pode ser considerado a síntese de sua perspectiva do que era o Brasil.

Da Primeira República que Lima Barreto viu até 1922 até a República de hoje, quase cem anos depois, muitas coisas mudaram, mas não nego que, ao ler *Os Bruzundangas*, frequentemente fui pega com o pensamento de que “pouca coisa mudou”

---

<sup>1</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 491.

ou “isso ainda acontece” e, acredito que este pensamento não seja exclusivamente meu. De lá para cá, houve um alargamento da participação política do povo através do voto. Se nos primeiros anos republicanos uma percentagem ínfima da população participava do processo eleitoral por meio do voto<sup>2</sup>, vimos esse quadro ser totalmente invertido até o final do século XX, com o voto já sendo obrigatório para toda a população. Nesse meio tempo também sofremos um duro golpe com a ditadura militar e todas as mazelas por ela trazidas e ainda hoje não totalmente desvendadas. Nesses quase 130 anos de República tivemos mudanças drásticas no campo dos direitos sociais, como maior acesso à educação e a saúde, direitos trabalhistas e previdenciários, mas ainda assim estamos longe de um ideal republicano e democrático, conforme observa José Murilo de Carvalho quando afirma que

Diante de tantos avanços, poder-se-ia concluir que já temos uma República democrática, um bom governo numa sociedade igual e incluyente. A conclusão seria precipitada. Passo por cima dos problemas referentes à inclusão social, que têm a ver com a manutenção da desigualdade, a má qualidade da educação fundamental e o restrito alcance do ensino médio.

(...)

Nossas instituições políticas, sobretudo as representativas, não contam com o respeito dos cidadãos. O fato de o problema não ser só nosso não significa que não constitua uma fraqueza da República. Destaco apenas dois pontos. O primeiro consiste no fato de que nossos políticos, muitos deles formados durante a ditadura, exibem reiterado desrespeito ao cargo e aos dinheiros públicos. Não por acaso, as pesquisas de opinião os colocam sempre nas posições mais baixas (20%) da escala de confiabilidade.<sup>3</sup>

Depois deste texto ser escrito, em 2009, passamos por episódios que apenas ressaltam a fragilidade da nossa República. Ainda estamos em meio a este processo. Sabemos que é necessário tomar um distanciamento quando se faz uma análise histórica, mas sabemos também que são as questões do presente que nos faz voltar ao passado.

A sensação de que “algo escapou” não é incomum quando se escreve sobre temas complexos e figuras ricas em conteúdo, mas, o que pretendi aqui foi mostrar a potencialidade da literatura e de Lima Barreto como ferramentas para o estudo da História. Que tenha sido uma boa leitura.

---

<sup>2</sup> Conforme foi explanado no primeiro capítulo no texto “Os intelectuais na imprensa e o povo”.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. “Entre a República e a democracia”. *alias.estadao.com.br*, 2009. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral/entre-a-republica-e-a-democracia,487425/>. Acesso em 31/05/2018.

## Referências Bibliográficas

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017

BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1922  
\_\_\_\_\_. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956

\_\_\_\_\_. In: RESENDE, Beatriz (org). *Impressões de leitura e outros textos críticos*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017

BECHIMOL, Jaime. “Reforma Urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

BOTELHO, Denilson. *A pátria que quisera ter era um mito: História, literatura e política em Lima Barreto*. Curitiba: Editora Prismas, 2017

\_\_\_\_\_. “Um encontro inusitado: história e literatura nas páginas do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro da Primeira República”. In *Revista Hydra*, vol. 2, n. 3, junho de 2017

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970

CARONE, Edgard. *A República Velha II - (Evolução Política)*. São Paulo: Difel., 1977

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

\_\_\_\_\_. “Os três povos da república”. In: *Revista USP*, São Paulo, nº 59, p 96-115, setembro/novembro 2003

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

\_\_\_\_\_; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História contada. Capítulos da história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998

CORRÊA, Felipe Botelho. *As crônicas da Bruzundanga: a literatura militante de Lima Barreto*. Editora e-galáxia

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 2010

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

GOMES, Eugenio; FARIA, Otávio de. “Lima Barreto – Coelho Neto”. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. São Paulo: Global, 2004, p. 218-233.

NEVES, Margarida de Souza. “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

OAKLEY, R. J. *Lima Barreto e o destino da literatura*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Uma miragem de República: sonhos e desilusões de um grupo literário”. In: SILVA, Fernando Teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI (orgs.). *República, liberalismo e cidadania*. São Paulo: Ed. UNIMEP, 2003

\_\_\_\_\_. *Coelho Netto: um antigo modernista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016

\_\_\_\_\_; NEVES, Margarida de Souza; CHALHOUN, Sidney (org.). *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves

(orgs). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em Fragmentos*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2017

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

\_\_\_\_\_. “O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano”, In: *Revista de Cultura Vozes*, n. 9, p. 66-69, nov. 1980

SILVA, Maurício. “Primeira República e o maximalismo no Brasil”. In: *Leitura*, n.12 (142), março de 1994

SOUZA, Antonio Candido Mello e Souza. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000

TODOROV, Tzvetan. *A Literatura em Perigo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

WILLIAM, Raymond. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011

### **Artigos e teses**

BARRETO, Lima. “No ajude de contas”. In: FARIA, Antônio Augusto Moreira de; PINTO, Rosalvo Gonçalves. *Lima Barreto: Antologia de artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2012. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/LimaBarretojan.pdf>. Acesso em 28/04/2018

CORRÊA, Henrique Sergio Silva. *O A.B.C de Lima Barreto (1916-1922)*. Dissertação de mestrado. Unesp Assis, 2012, p. 45. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/99621>. Acesso em 10/11/2017

**Links**

Constituição Política do Império do Brasil de 1824: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 09/04/2018

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm). Acesso em 09/04/2018.

Entre a República e a Democracia. Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,entre-a-republica-e-a-democracia,487425>.

Acesso em: 31/05/2018

Lima Barreto: “Manifesto Maximalista – Especial Revolução Russa”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/08/29/lima-barreto-no-ajuste-de-contas-especial-revolucao-russa>. Acesso em: 09/04/2018